

Excelência a distância

De janeiro a abril próximos, a Universidade realizará a formatura das primeiras turmas de Educação a Distância: Administração, Pedagogia, Biologia e Desenvolvimento Rural (Plageder). Verdadeiras caravanas chegarão de alguns dos 41 polos existentes dentro e fora do estado para a grande cerimônia, pois todos querem comemorar a conquista de um sonho até então inimaginável: ter uma formação superior. Nesta edição, o JU traz a trajetória da EAD na UFRGS, modalidade que, desde o início, tem sido referência nacional no desenvolvimento de tecnologias e ambientes de aprendizagem.

P9,10,11e12



ENCARTES ESPECIAIS



FILHOS DA FILOSOFIA
Os 40 anos da divisão da Faculdade



GESTÃO 2008-2010
Expansão com compromisso de qualidade



DANIEL DENNET

Filosofia e investigação científica inseparáveis

O filósofo, que se apresentou no ciclo Fronteiras do Pensamento, falou de sua teoria da mente humana. Ele defende uma controversa articulação entre ciências cognitivas, darwinismo e computação para explicar fenômenos como a consciência, o livre-arbítrio e a fé religiosa. Sobre o ceticismo de alguns cientistas em relação à contribuição que a filosofia pode proporcionar a seus estudos, comentou: "Eu me delicio em mostrar a alguns cientistas arrogantes que pensam que não precisam de filosofia como eles cometem alguns erros elementares de lógica na abordagem do problema de pesquisa".

P13

INTERNACIONALIZAÇÃO

Missão da UFRGS à Ásia

Durante 10 dias, uma comitiva da Universidade, presidida pelo reitor Carlos Alexandre Netto, visitou universidades, parques tecnológicos, centros de pesquisa e empresas privadas de três países do continente asiático: Coreia do Sul, China e Cingapura. A viagem serviu para a assinatura de diversos acordos de cooperação. Para a comunidade acadêmica, o resultado mais imediato é o acerto da instalação do Instituto Confúcio, órgão mantido pelo governo chinês para a difusão da língua e da cultura daquele país.

P14

SAJU

Pelos direitos e a cidadania

Um serviço de assessoria jurídica organizado, gerido e desenvolvido por estudantes. Assim é o Saju, prestigiado projeto de extensão localizado no porão da Faculdade de Direito. Além de atender residentes de Porto Alegre com renda de até três salários mínimos, há também grupos de assessoria popular – caso do Grupo de Assessoria Justiça Popular (Gajup). Segundo o monitor Marcelo de Azambuja, o Grupo trabalha com educação popular dentro da Vila Chocolate e tem-se empenhado na criação de uma Associação de Catadores e Recicladores. Essa atividade sustenta ampla maioria dos moradores da comunidade, como Mário Dias Duarte, que reside na vila há 12 anos.

P7

HISTÓRIA

O centenário da Revolta da Chibata e o legado do Almirante Negro

Página 16

POLÍTICA

Os paradoxos da democracia no processo eleitoral brasileiro

Página 4





Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Confirmando os rumos

Pela primeira vez em sua história, a UFRGS mobilizou-se na construção coletiva de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). A partir da reflexão sobre a missão da Instituição e sobre a sua visão de futuro, num processo desenvolvido durante doze meses, a reitoria enviou ao Conselho Universitário o documento que confirma os rumos a seguir nos próximos anos, expressão da maturidade em planejar-se e em assumir compromisso com a expansão acadêmica qualificada e com a inclusão.

Um dos pilares do PDI é a articulação entre os distintos níveis de ensino, em associação com a pesquisa e a extensão. A esse modelo, característico desde a fundação da Universidade, integramos hoje a inovação e a internacionalização.

Inovação decorrente da aplicação do conhecimento básico gerado nos laboratórios às necessidades da sociedade, motor do Parque Tecnológico, cujo regimento também segue para apreciação do Conselho.

De fato, a pesquisa científica é atividade que diferencia a UFRGS. Além dos prêmios a pesquisadores, docentes e estudantes, e à própria instituição (os recentemente atribuídos pela Capes, CNPq e Scopus são alguns exemplos), a UFRGS foi reconhecida como uma das cinco mais importantes universidades de pesquisa no país no *Relatório da Unesco sobre Ciência 2010*. Foi a primeira vez que o Brasil recebeu destaque no relatório, certamente por ter assumido importante posição na produção de conhecimento entre os países em

desenvolvimento.

A internacionalização, por sua vez, é um imperativo para todas as instituições de reconhecimento global, e as universidades têm um papel central na diplomacia cultural – aquela que de fato aproxima os povos e contribui para a cultura da paz. Foi essa compreensão que motivou a primeira missão da UFRGS à Ásia, relatada na página 14 desta edição do JU.

Inegavelmente, entramos em nova etapa de crescimento, respeitando a trajetória histórica da Universidade e buscando, no aprofundamento das relações com a sociedade organizada e na interação com instituições de qualidade global, soluções para os desafios de inclusão social e para o desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembecker Rosing, Cesar Zen Vasconcelos, Dalro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kuse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora-chefe
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Brunl Pereira
Diagramação
Aluisio Pinheiro
Fotografia
Cádlino Andrade, Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falcetta
Bolsistas
Diego Mandarino, Fernando Costa, João Flores da Cunha, Mariana Sirena, Martina Morsch e Rafaela Redin
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotótipos e Impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Controle da população canina

Quero parabenizá-los pelo jornal, que está cada vez melhor. A diversidade de assuntos e as entrevistas apresentadas mostram que o valor humano está destacado entre as notícias. A UFRGS, formada pelo conjunto de seus alunos, docentes e técnicos, mostra o valor de cada acontecimento. Gostaria de sugerir, então, uma matéria sobre os alunos, docentes e técnicos envolvidos no controle das zoonoses e da população canina no Câmpus Vale. Os grupos formados fazem milagres em favor desses animais e merecem respeito. Não há na mídia tradicional nada que saliente ou divulgue ajuda para esses grupos.

Vilma Lopes, bióloga da ex-Escola Técnica da UFRGS, agora Instituto Federal (IF-RS)

Jornal online

Em conversa telefônica recente, interessei-me pelo Jornal da Universidade online para guardar os excelentes artigos em meus arquivos e também para repassá-los aos meus alunos e colegas. Fiquei sabendo das dificuldades de pessoal capacitado para tal tarefa e ocorreu-me de, sendo aposentado, sugerir o aproveitamento dos vários aposentados ainda capazes de prestar bons serviços à nossa UFRGS e à nossa comunidade como colaboradores.

Carlos Araujo, professor aposentado do Instituto de Química

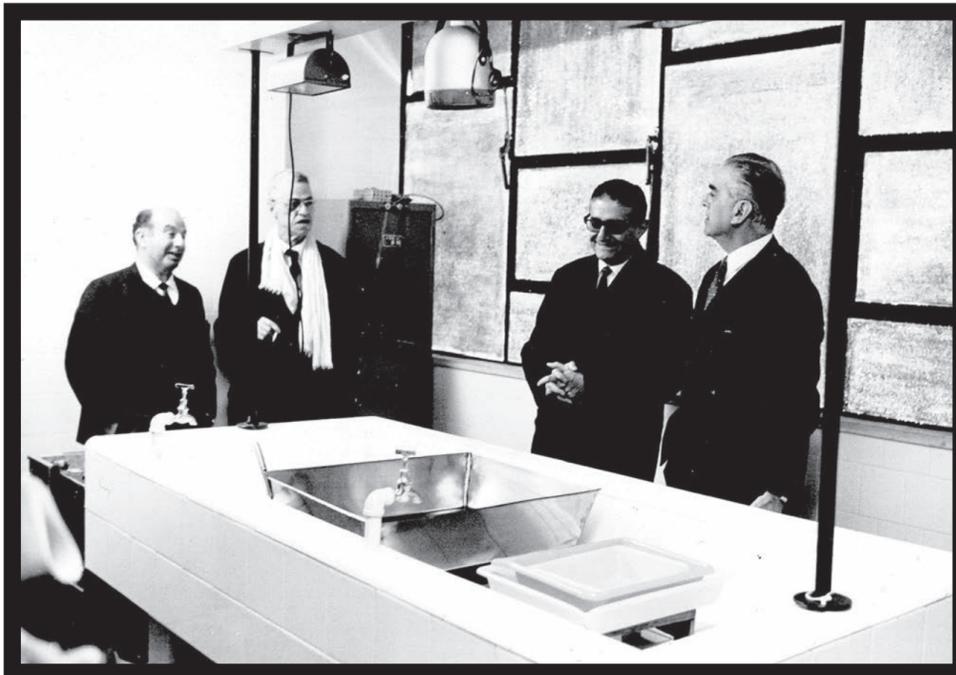
Créditos das imagens

Na edição n.º 132 (outubro), a foto da coluna Meu Lugar na UFRGS da página 15 foi creditada incorretamente. A autora é Martina Morsch. Já na edição de n.º 130 (agosto), deixou de constar o crédito da ilustração publicada na página de 4, de autoria de Laly, aluna ligada ao Núcleo de Ilustração e Quadrinhos (NIQ) do Instituto de Artes da UFRGS.

A editora

Memória da UFRGS

ACERVO FABICO-UFRGS



1970

Inauguração das instalações do laboratório de fotografia da recém-criada Fabico. À esquerda, o fotógrafo Santos Vidarte, primeiro professor de fotojornalismo da faculdade. Quem puder identificar as demais pessoas nesta foto deve enviar e-mail para jornal@ufrgs.br

Artigo

Recomendações quanto à contracepção de emergência

A contracepção de emergência é a alternativa para evitar a gravidez em situações excepcionais, como quando ocorre rompimento do preservativo, esquecimento da pílula anticoncepcional ou injetável, deslocamento do DIU ou violência sexual. Nessas situações, usa-se então a pílula do dia seguinte ou pílula de emergência, que deve ser prescrita pelo médico e seu uso iniciado em até 72 horas após a relação desprotegida.

Estudos indicam que sua capacidade de ação está vinculada ao menor espaço de tempo entre a relação sexual e a ingestão do medicamento: até 24 horas depois da relação, as chances de evitar a gravidez são de 95%; de 25 a 48 horas após, a eficácia diminui para 85%; e de 49 a 72 horas, esse índice cai para menos de 50%. Essa pílula não interrompe uma gravidez já estabelecida, portanto, não é abortiva. Ela atua no período fértil, logo, se houver uma relação

desprotegida nesse período, os espermatozoides irão permanecer no trato genital de um a cinco dias, mas o transporte do espermatozoide e do óvulo será impedido, pela ação do levonorgestrel, componente ativo da pílula. Isso ocorre pela modificação do muco, que se torna mais espesso e dificulta a mobilidade do espermatozoide. O medicamento também altera o desenvolvimento dos folículos, impedindo a ovulação ou retardando-a, o que pode acontecer em quase 85% dos casos.

Segundo a médica obstetra e ginecologista do Hospital Ernesto Dornelles Roberta Aline Seffrin Sikandar, metade das pacientes que a procuram fazem uso de algum método contraceptivo, recorrendo à "pílula do dia seguinte" no caso de esquecimento ou de não utilização correta do preservativo.

No mercado brasileiro é possível encontrar diferentes marcas comerciais de "pílulas do

dia seguinte", todas contendo o hormônio levonorgestrel na forma de 2 comprimidos de 0,75mg ou dose única de 1,5mg. Os comprimidos de 0,75 mg devem ser administrados em duas tomadas, sendo que a segunda deve ser 12 horas após a primeira. A dose única foi criada com o objetivo de simplificar o tratamento, sem aumentar os efeitos colaterais, além de eliminar o risco de esquecimento ou retardo da ingestão da segunda dose. Deve-se usar um método contraceptivo adicional pelo menos até o próximo ciclo menstrual, pois alterações no ciclo podem ocorrer e acarretar uma gravidez indesejada.

Conforme a farmacêutica Fabiane Leffa, da Unidade de Saúde Bom Jesus da Prefeitura de Porto Alegre, o Ministério da Saúde, através do Programa da Saúde da Mulher, fornece o medicamento às unidades básicas de saúde, que o distribui sem custos à população mediante a apresentação de prescrição médica do SUS. A

Farmácia Escola da UFRGS (Farmácia Popular do Brasil) também disponibiliza esse medicamento, mediante apresentação de prescrição médica.

O uso de "pílula do dia seguinte" deve ser ocasional, não devendo substituir os métodos clássicos de contracepção, pois estes são mais efetivos para uso rotineiro. Pacientes portadoras de doenças cardiovasculares severas, enxaqueca, asma, hipertensão, insuficiência renal, diabetes mellitus, distúrbios lipídicos, doenças tromboembólicas, tromboflebitas, AVC, epilepsia e depressão intensa devem ser observadas com atenção.

Profa. Edyane C. Lopes
Farm. Sara Maria Gallina
Anita Figueira, Bruna Gonzatto, Jacqueline Gonçalves Rehm e Pedro Ernesto de Resende, estudantes do curso de Farmácia da UFRGS

Expansão

Da capital, estado adentro

O dia 25 de outubro foi dedicado a tratar da expansão física da Universidade pelo RS. Pela manhã, foi a vez da reunião do comitê de expansão da UFRGS no Litoral Norte, cuja intenção é a formação de recursos humanos nas áreas de turismo, meio ambiente, pesca, agricultura e saúde. Em fase adiantada de negociações, com local já definido para a construção do câmpus, comitivas de vereadores, secretários e prefeitos municipais da região manifestaram o interesse em ter uma estrutura da Universidade na faixa litorânea.

A deputada federal Maria do Rosário esteve presente e afirmou que todos os parlamentares gaúchos são favoráveis ao projeto. Integrante da Comissão Mista de Orçamento da Câmara Federal, ela se propôs a lutar pelos recursos orçamentários. Fazendo parte também da Comissão de Educação e Cultura, colocou-se à disposição da iniciativa. “É importante destacar que os Ministérios da Educação e do Planejamento, desde o primeiro momento, foram parceiros.”

O vice-reitor Rui Opperman confirmou que a construção se dará no município de Tramandaí, junto à RS-030, quase na divisa com Osório. O terreno, em processo de doação por parte da prefeitura, soma 14 hectares e já tem três prédios, onde funcionava uma escola técnica agrícola. Nesse local, segundo o superintendente de infraestrutura Alberto Tamagna, serão desenvolvidas todas as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo as colônias de férias. As verbas para a licitação do projeto já estão disponíveis.

Presentes à reunião, representantes do Ceclimar manifestaram a intenção de integrar o Câmpus Litoral Norte, e a administração central assegurou o comprometimento com o curso de Biologia Marinha.

“O Litoral Norte para nós representa um desafio de desenvolvimento regional”, ressaltou o vice-reitor. “Queremos que a forma como vamos trabalhar esse desenvolvimento seja um modelo para outras áreas do país que estão em situação semelhante. A Universidade não produz sozinha, precisamos de apoio político, das outras instituições, da indústria, do mundo do trabalho, de toda a sociedade.”

No turno da tarde, reuniram-se deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores e secretários municipais de cidades serranas. Na ocasião, o professor Rui reafirmou o interesse de expansão da UFRGS na Serra gaúcha, mas disse que isso dependerá de uma atitude pró-ativa dos municípios envolvidos: “É necessário que haja consenso. A Universidade quer a inserção regional, considerando tanto as potencialidades como as carências locais”.



Deputadas federais da bancada gaúcha prestigiaram a reunião presidida pelo vice-reitor

Prêmio Capes de Tese

UFRGS conquista mérito institucional

Nove teses defendidas nos programas de pós-graduação da Universidade foram agraciadas com o Prêmio Capes de Tese 2009 -, premiação oferecida anualmente às melhores teses de doutorado defendidas no Brasil no ano anterior. Nessa edição, a UFRGS foi a segunda instituição com maior número de trabalhos premiados: Guilherme Lunardi (Administração), Paulo Antônio da Silveira (Artes Visuais), Júlia Genro (Genética e Biologia Molecular), André Schmidt (Bioquímica), André Corrêa (Direito), Sandra Andrade (Educação), Raphael Zillig (Filosofia), Carlos Alberto Feldens (Epidemiologia) e Daniela Alves (Sociologia). Outros três trabalhos receberam menção honrosa: os de Daniela Buske, do PPG em Engenharia Mecânica; de Bibiana de Araújo, do PPG em Ciências Farmacêuticas; e de Omar Martins, do PPG em Química. Os pesquisadores receberão bolsa de pós-doutorado nacional e ainda irão concorrer ao Grande Prêmio Capes de Tese. A cerimônia de premiação ocorrerá no dia 7 de dezembro em Brasília.

Grupo Coimbra Brasil

Internacionalização do ensino superior em debate

De 25 a 27 de novembro, a UFRGS sediou a III Assembleia Geral do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, entidade que tem por missão promover a integração interinstitucional e internacional, mediante programas de mobilidade docente e discente. O encontro foi presidido pelo reitor Carlos Alexandre Netto e congregou dirigentes de inúmeras instituições de ensino superior. Na ocasião, foram realizadas reuniões do Grupo de Trabalho América Latina do Coimbra Group e do Grupo Montevidéu. Integrando a programação, também foi promovido o II Seminário Internacional “Razões da Internacionalização da Educação Superior”. Esse evento abriu espaço para a discussão dos seguintes temas: políticas e financiamento para a internacionalização; currículos, acreditação e mobilidade acadêmica; diversidade cultural, inclusão e inovação na educação superior. Uma reportagem com a cobertura completa dessas atividades poderá ser lida na próxima edição do Jornal da Universidade.

Dia da Doação

Evento terá 11.ª edição em 8 de dezembro

Em 8 de dezembro será realizado o Dia da Doação, campanha que a Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH) organiza anualmente para captar recursos destinados à recuperação dos prédios históricos da UFRGS. O evento ocorrerá das 9h às 17h em dois locais: no Salão Nobre do gabinete do reitor e no pátio do quarteirão 2 do Câmpus Centro em um toldo montado entre a Faculdade de Educação e o Museu Universitário. O espaço do Salão Nobre será destinado às doações. No pátio do quarteirão 2 serão realizadas visitas guiadas

aos prédios históricos, com saídas às 10h30min e às 15h; gravação de depoimentos para o projeto “Lugares de Memória” do Museu Universitário em parceria com a UFRGSTV; exposição “Secretaria do Patrimônio Histórico: 10 anos restaurando memórias”; e a apresentação do Duo Trompeta/flugelhorn e piano, com Francisco Gomes e Dionara Schneider, às 16h. Além de ampliar o número de contribuintes, o evento busca conscientizar a comunidade para a importância da preservação. Informações pelo telefone 3308-3018.



CARMEN ANDRADE/ESPRESSO.UJ

Mulheres na Ciência

Pesquisadoras da UFRGS recebem Prêmio Scopus Brasil

As professoras Mara Helena Hutz e Thaisa Storchi-Bergmann foram premiadas na quinta edição do Prêmio Scopus Brasil, que consagra dez pesquisadoras brasileiras com significativa produção científica. A cerimônia de entrega foi realizada no dia 10 de novembro, no Edifício Sede da Capes, em Brasília. As vencedoras foram selecionadas de acordo com sua produção científica, traduzida pelo número de artigos publicados e indexados na base SciVerse Scopus, pelo número de citações feitas por outros pesquisadores, pelo índice h – que analisa o impacto de cientistas, baseando-se nos seus artigos mais citados –, e pelo número de orientados de cada pesquisadora, de acordo com o Currículo Lattes. A geneticista Mara Helena Hutz é professora do Departamento de Genética, tendo desenvolvido nos últimos 12 anos pesquisas sobre a suscetibilidade genética do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, junto ao Programa de Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. A física Thaisa Storchi-Bergmann é docente dos Departamentos de Física e de Astronomia e Chefe do Grupo de Pesquisa em Astrofísica. Sua descoberta mais importante contribuiu para a teoria vigente, de que há buracos negros supermassivos no núcleo da maioria das galáxias. Criou também um Atlas Espectral de Galáxias, disponível na homepage do Instituto do Telescópio Espacial, largamente utilizado pela comunidade astronômica internacional.



UFRGS TV

SEAD

Desafios e possibilidades da educação a distância

Integrada à Universidade desde 2003, a Secretaria de Educação a Distância (Sead) busca promover institucionalmente a implementação de atividades de educação a distância e de aperfeiçoamento pedagógico, pela utilização dos meios e tecnologias da informação e da comunicação.

Vista como uma alternativa ao ensino tradicional, essa modalidade de ensino permite que o aluno não esteja fisicamente presente em um ambiente formal de ensino-aprendizagem, possibilitando o autoestudo em tempo distinto. Esse caráter de separação temporal ou espacial entre professor e estudante garante a flexibilidade da carga horária, funcionando como um incentivo ao estudo.

Sobre as dificuldades didáticas que a distância pode trazer, Sérgio Roberto Kieling Franco, secretário de Educação a Distância, afirma: “É possível acompanhar claramente o processo de construção do conhecimento pelo aluno, pois as suas produções parciais de cada disciplina ficam registradas”.

Por ser uma didática recente, a educação a distância ainda sofre preconceito e resistência tanto no meio acadêmico como na comunidade externa. Entretanto, algumas pesquisas já mostram que o método traz tanto resultado quanto o ensino tradicional. “Essa disputa entre educação presencial e educação a distância é um aspecto que precisa ser superado”, diz Daisy Schneider, assessora pedagógica da Sead.

A Secretaria contribui para a oferta cursos de graduação, de extensão e especializações. Utilizando plataformas na Internet, a educação a distância estabelece uma comunicação de múltiplas vias, ampliando as possibilidades de inserção do aluno como sujeito de seu próprio processo de aprendizagem, e ainda com a vantagem do compartilhamento dos conteúdos. Mas para que o estudo dê resultados, Gisele Dorneles Fernandes, aluna do curso de especialização em Informática na Educação, diz que “o aluno precisa ser uma pessoa autônoma, organizada, e ter um tempo disponível para o estudo, além de poder se conectar à Internet e pesquisar sobre o que está sendo disponibilizado”.

Bruna Oliveira, estudante do 2.º semestre de Jornalismo da Fabico

Assista aos programas

Para saber mais sobre a SEAD, assista ao programa Conhecendo a UFRGS, que será exibido nos dias 23 e 30 de novembro, às 20h10min, com reprise às 23h10min, pela UNITV, canal 15 da NET POA.



Paradoxos democráticos: um parâmetro para a análise das eleições brasileiras

Paulo Peres*

Geralmente utilizada para ressaltar que o regime democrático consiste numa forma de governo conforme a vontade popular deve ser obedecida à risca, a tão erroneamente consagrada “a voz do povo é a voz de Deus”, de fato, vem sendo a tônica dominante nas campanhas eleitorais dos últimos 40 ou 50 anos nos países que adotam essa forma de governo. Apesar de não conter o dispositivo da soberania direta, preconizado pelo primeiro e grande teórico defensor da democracia, Jean-Jacques Rousseau, levado ao extremo esse mote implica a aceitação de que a vontade majoritária deva ser ouvida, cortejada, promovida, quase sem limites. Os representantes deixariam de ser líderes políticos e passariam a ser liderados pelos representados, transfigurados em “marionetes” que abrem a boca pelos mãos e falam com a voz do “povo”. Ou, então, num jogo estratégico retórico, os representantes falam aquilo que o “povo”, em sua maioria, quer ouvir, mas não pretendem ou não têm condições de realizar, de fato, o que irresponsável ou falsamente prometeram. No primeiro caso, haveria o perigo da tirania da maioria; no segundo, o perigo da degeneração do governo democrático em demagogia. Obviamente, também é possível uma forma de governo degenerada mista: a tirania demagógica.

Em realidade, a expressão *vox populi vox dei* traduz a preocupação que personalidades políticas e religiosas tem com o advento histórico da democracia. O problema vislumbrado era a disseminação da crença inabalável de que a soberania passaria a residir na vontade inquestionável de um novo deus: o “povo”. Então, a alusão à vontade popular como sendo a vontade de Deus tinha conotação negativa, pois explicitava que a democracia poderia induzir à falsa e “perigosa” concepção de que essa vontade é sempre certa, infalível, tal qual a de Deus: o “povo” sabe de tudo, está por toda a parte e, portanto, pode tudo.

Mas havia ainda outro problema: como todo “povo” é uma grande abstração, e decisões consensuais praticamente inexistem, na prática, esse novo deus não seria nada mais do que a vontade majoritária. Sem maiores cuidados e limites, indivíduos e grupos minoritários poderiam ser tiranizados em nome da democracia, em nome da vontade do demos, um deus que poderia se tornar tão violento e vingativo como aquele do Velho Testamento. Pensadores liberais como Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville foram alguns dentre aqueles que chamaram a atenção para tais aspectos.

Seja como for, do ponto de vista histórico, a democracia representativa acabou se tornando o regime político predominante no mundo contemporâneo. A força de sua legitimidade é tão grande que, na atualidade, a teoria das formas de governo acabou se reduzindo a apenas dois tipos: democracia ou ditadura. Em realidade, o grande debate que mobiliza teóricos, políticos e cidadãos em geral se dá em torno dos modelos alternativos de democracia, e não acerca de algum modelo alternativo à democracia.

A despeito de variações nos desenhos constitucionais, as democracias contemporâneas partilham de algumas características básicas: todas combinam o sistema de divisão dos poderes com a soberania popular, que se manifesta pela vontade majoritária, mas que encontra limites em direitos individuais fundamentais inscritos nas Constituições. Essa vontade majoritária se manifesta por meio de processos de decisão coletivos, de escolhas sociais entre certas alternativas que lhes são apresentadas. Assim, no templo da democracia, a liturgia por meio da qual essa deidade, o “povo”, expressa seus desejos, seus interesses e suas preferências constitui o processo eleitoral. Por meio dele, a vontade majoritária se pronuncia



acerca das políticas que devem ser seguidas e indica quem serão seus representantes nessa tarefa.

Mas a vontade majoritária expressa o debate agendado pelas lideranças políticas ou, pelo contrário, as lideranças políticas, na verdade, são lideradas pela vontade majoritária que assim impõe os termos do debate? Essa tem sido a grande preocupação de alguns teóricos. Cortejar a vontade popular, dizer o que o “povo” quer ouvir traria sérias consequências para a própria efetividade dos governos representativos. Promessas que não serão cumpridas são feitas, gerando frustrações com a própria democracia; propostas de políticas irresponsáveis que, quando implementadas, criam dificuldades administrativas e orçamentárias, levando ao enfraquecimento da capacidade de execução de outras políticas públicas e, por extensão, a novas insatisfações com o governo e com o regime. Além disso, dizer simplesmente o que o “povo” quer ouvir pode levar a políticas conservadoras, pois novos caminhos ainda não visualizados pela maioria sequer entram na pauta do debate público. Isso sem contar que, se todas as “lideranças” políticas investirem nessa estratégia demagógica, praticamente não haverá diferenças substantivas entre os postulantes aos cargos representativos. Se todos dizem as mesmas coisas, a própria escolha fica comprometida, porque não há uma escolha verdadeira em questão.

Aqueles que se preocupam com esse fenômeno encontram evidências disso nos crescentes índices de abstenção eleitoral nos países de democracias mais antigas. A identificação partidária nos países europeus vem se reduzindo desde a

década de 1960. O descontentamento com os políticos, com as instituições representativas e até mesmo com a democracia é significativo, como mostram diversas pesquisas de política comparada que se baseiam em séries históricas de enquetes. O desencanto com os políticos se transforma em desencanto com a política e pode se transformar em desencanto com a democracia. Por isso, segundo os críticos, a utilização das estratégias de marketing na competição eleitoral, com o mapeamento da vontade majoritária ou do consumidor de políticas para a produção de um discurso sintonizado com aquilo que o “povo” quer ouvir, é o caminho mais seguro para a frustração com a política e a democracia.

Porém, se a democracia representativa é uma forma de governo na qual prevalece a posição majoritária, como exigir que políticos e partidos que nutrem a ambição genuína de ocupar os cargos representativos façam outra coisa que não agir em consonância com a vontade da maioria? Não é possível chegar ao governo sem contar com os votos da maioria dos eleitores. Não é possível governar de maneira satisfatória sem contar com o apoio da maioria dos eleitos. Defender novos valores, sintonizados com a minoria, não conduz aos postos de governo. Tentar implementar políticas inovadoras, sintonizadas com preferências minoritárias, não resulta em apoio majoritário nas casas legislativas, o que significa que tal comportamento será inútil, ingênuo ou até temerário, com sérias chances de conduzir a situações de impasse e crise institucional.

Talvez, não exista uma alternativa a esse paradoxo. Talvez, nas democracias, de fato prevaleça

forçosamente a máxima *vox populi vox dei*. Trata-se de um deus numérico, quantitativo, intrínseco à vontade majoritária. Por um lado, as decisões democráticas ocorrem sempre sob a regra majoritária; por outro, mapear essa vontade e agir em sintonia com ela provoca, no limite, o desencanto com a própria democracia. Seria, então, a frustração e o desencanto o preço a se pagar pela liberdade e pelos direitos fundamentais propostos pelo liberalismo, somente garantidos pelos paradoxais regimes democráticos?

Alguns poderão dizer que uma saída possível seria investir numa ação de verdadeira liderança política, ou seja, investir em discursos inovadores que procurem mudar as opiniões, formando uma “nova” vontade majoritária. Embora seja teoricamente possível, há dois problemas nessa estratégia. Primeiro, quem fizer isso enfrentará a inércia da vontade já constituída, que será cortejada por outros políticos mais pragmáticos. Segundo, procurar atuar na formação de uma “nova” vontade majoritária significa que ela ainda é minoritária e, portanto, dificilmente será transformada em majoritária no curto prazo, ou que não se trata propriamente de uma “nova” vontade majoritária, mas, sim, de outra vontade que estava em segundo plano ou de uma vontade antiga que estava “adormecida”. De uma forma ou de outra, ainda se tratará de cortejar a maioria, com a diferença de que cada qual se forma em torno de um tema preexistente. Inclusive, ressuscitar uma vontade majoritária antiga pode consistir na abertura da caixa de pandora, deixando que aflorem preconceitos e conservadorismos ainda mais radicais.

Agora, pensemos nas eleições brasileiras deste ano. Será que essas considerações poderiam nos ajudar a fazer uma análise mais abrangente desse processo? Acredito que sim. Mas deixo isso por conta do leitor, inclusive porque penso que, ao invés de apresentar fatos, números e qualquer tipo de futurologia acerca do novo governo, que podem ser facilmente encontradas em outros jornais, ou ainda interpretações unilaterais que pululam pela internet, o mais interessante é dar um instrumental analítico que possa levar ao exercício de interpretação por conta própria. Verá, nobre leitor, que várias peças do jogo eleitoral se encaixarão, e a política, em geral, e a brasileira, em específico, passará a ser vista como uma atividade humana cheia de dilemas e paradoxos de difícil resolução.

Então, procure analisar quem conduziu a vontade majoritária estabelecida e quem tentou trazer à tona outra vontade, baseada em outros temas, com o objetivo de conquistar o poder. Quem tentou construir uma “nova” vontade majoritária e teve de lidar com a inércia predominante? Avalie as consequências práticas de cada estratégia, seus resultados e, inclusive, os contrafactuais; ou seja: e se Marina tivesse vencido, teria condições de implementar uma “nova” política? Se não tivesse, o que poderia ocorrer? E se a estratégia de impor uma decisão eleitoral baseada em valores morais conservadores realmente prevalecesse, que consequências políticas teríamos a partir da formação de uma vontade majoritária antiga reavivada?

Visto desse modo, o processo eleitoral pode levar ao desencantamento. Mas, ao mesmo tempo, esse desencantamento com a política e as eleições deixará de ser frustração para ser o que deve ser: a renúncia a ver a política como uma atividade encantada, mágica, na qual tudo é possível a partir de um simples ato de vontade.

* Professor do Depto. de Ciência Política e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS - E-mail: peres.ps@gmail.com

Para o professor da Faculdade de Educação Nilton Pereira, “O ensino de história é um lugar de memória, e também de esquecimento, que tem efeitos muito significativos na formação das novas gerações”

Holocausto rememorado

Educação

Lei que obriga a inclusão de capítulo sobre o holocausto no conteúdo de História das escolas municipais de Porto Alegre gera debates

A preocupação em manter um evento da Segunda Guerra Mundial vivo na memória das novas gerações chegou ao poder legislativo de Porto Alegre. A lei que torna obrigatório o ensino sobre o holocausto na rede municipal de Porto Alegre, proposta pelo vereador Valter Nagelstein (PMDB) e sancionada no dia 18 de outubro deste ano, foi notícia em jornais nacionais e estrangeiros. A partir do ano que vem, as aulas de História deverão contemplar este que é considerado um dos maiores crimes da humanidade. A implementação da medida, porém, é alvo de questionamentos, uma vez que, segundo alguns professores, o assunto já é suficientemente abordado no contexto de estudos sobre a Segunda Guerra Mundial.

O projeto de lei conseguiu rara unanimidade na sua aprovação por parte das diversas bancadas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Segundo o professor da Faculdade de Educação da UFRGS Nilton Pereira, esse fato se deve à relevância do tema enquanto forma de reforçar certos valores da sociedade: “Qualquer pessoa que ache importante que se conservem os valores da democracia e dos direitos humanos será favorável a que se estude o holocausto na escola básica”. Nilton diz que os únicos que poderiam se opor a essa lei são os revisionistas do holocausto, e os temas revisionistas, nesse caso, não são contemplados no ensino da História – a própria Constituição brasileira exclui esses enfoques do currículo.

Gênese da Lei – A medida surgiu de uma experiência pessoal de Nagelstein, vinculado à comunidade israelita. Ele conheceu o Museu do Holocausto, em Jerusalém, e, depois da viagem, acompanhou uma audiência do então prefeito José Fogaça com representantes da Federação Israelita do Rio Grande do Sul (FIRGS). Acredi-

tando ser inexistente o ensino sobre esse momento histórico nas escolas do ensino básico de Porto Alegre e impressionado com o que viu no museu, aceitou a sugestão do prefeito de propor uma lei abordando essa temática em sala de aula, criando um ponto de partida para o desenvolvimento de certos valores na educação escolar. À época do aprendizado, no ensino fundamental, promove-se a ideia de “plantar a semente da tolerância no início da formação do nosso caráter”, segundo o vereador.

A lei foi acolhida pela comunidade judaica de uma maneira muito positiva. Quem afirma é o líder religioso da Sociedade Israelense Brasileira de Cultura e Beneficência (SIBRA), o rabino Guer-shon Kwasniewski. Ele acredita que a importância da medida está no evitar que o episódio se repita. “O que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial foi uma fábrica de morte; trazer isso para a memória é reforçar como regimes ditatoriais podem chegar a envolver toda uma população e levá-la à brutalidade”, explica. O rabino, que é também membro do grupo de diálogo inter-religioso de Porto Alegre, chama a atenção para o perigo da negação do holocausto: “No século XXI, ainda existem chefes de Estado que propagam essa ideia”. Ele referiu-se à figura de Mahmoud Ahmadinejad, presidente do Irã, como grande representante do negacionismo.

O vereador Nagelstein considera a matança dos judeus na Segunda Guerra Mundial um evento “sem paralelos na História da humanidade”. Em relação ao fato de que os atuais conflitos, como o que ocorre entre Israel e Palestina, também provocam vítimas em larga escala, ele diz que “comparar é desconhecer o acontecimento, devido à forma pela qual a matança de civis indefesos ocorreu”. Afirmando serem lamentáveis todas as guerras que geram vítimas civis, ele acredita que, se uma atenção especial ao genocídio dos judeus pode se tornar um argumento contrário à lei, deveriam ser abordadas nas escolas todas as mazelas da História, no intuito de formar cidadãos melhores.

Educação para tolerância – “O ensino da História é um lugar de disputa, pois lida com identidades”, comenta o professor de Economia da UFRGS André dos Reis, que já lecionou História na rede municipal de ensino de Porto Alegre. Ele acredita que o holocausto é tema já bem abordado na História Contemporânea do Século XX e coloca um contraponto à lei, no que diz respeito à criação de diretrizes específicas para determinados acontecimentos. “O risco de uma medida como essa é

o de fragmentar os conteúdos a serem ensinados de tal forma que, em lugar de promover a ideia de vínculo que se propõe, promova uma maior separação”, afirma.

Manoel Silva, do grupo de assessoria em relações étnico-raciais da Secretaria Municipal de Educação (SMED), que faz parte do trabalho de reflexão sobre a implementação da lei, também segue essa linha de raciocínio. “Daqui a pouco, teremos uma diretriz para cada grupo, na contramão do trabalho que propomos de solidariedade”, afirma. Ele conta que, antes mesmo da medida, o grupo já tinha começado uma interlocução com as entidades judaicas da cidade, no sentido de dar atenção ao maior número possível de grupos preferenciais no tratamento de questões relativas à tolerância, como afrodescendentes, indígenas, judeus, palestinos, ciganos.

Em 2010, houve uma jornada de estudos sobre o ensino do holocausto. O professor Manoel comenta que, naquele momento, a constatação não era da ausência do ensino sobre o assunto, mas, sim, da necessidade de dar resposta ao trabalho mais antigo do grupo da SMED: a educação para relações étnicas raciais a partir de noções como tolerância, solidariedade, supressão do racismo. “A nossa ideia é propor uma diretriz para as relações étnico-raciais que contemple valores gerais, não apenas sobre o holocausto”, diz. A capacitação de professores faz parte do processo desenvolvido no âmbito do grupo.

O massacre de indígenas no colonialismo espanhol, muito violento nas regiões dos impérios asteca, inca, maia, o tráfico negreiro e até os eventos da Segunda Guerra Mundial que geraram vítimas não judias são citados como momentos aos quais também se deve prestar atenção, conforme o professor André dos Reis. “O que impressiona especificamente no holocausto são a escala industrial da morte e a capacidade de multiplicar isso em um curto período de tempo”, completa. Ele também reforça que não se deve esquecer das novas vítimas da irracionalidade humana em situações que remetem às mesmas questões colocadas em xeque pelo holocausto. A xenofobia na Europa e nos Estados Unidos são aspectos que o professor ressalta.

Implementação – O professor Nilton Pereira relembra a existência de parâmetros curriculares nacionais que estabelecem o norte dos conteúdos escolares, não definindo os assuntos a serem abordados, mas delimitando, por exemplo, temas transversais. “Obviamente que esses parâmetros pretendem uma educação e um ensino de História

voltados à democracia e aos direitos humanos; o máximo, então, que uma medida como essa lei pode alcançar é reafirmar o compromisso do ensino de História”, comenta.

Ainda assim, a indagação sobre o papel do legislador na sociedade é suscitada, já que a decisão no sentido do que deve e do que não deve ser ensinado nas escolas municipais é da classe dos professores. “Qualquer lei é inútil se o professor não está convencido política e teoricamente de que aquele conteúdo é adequado ao ensino”, comenta Nilton Pereira, e destaca também o caráter político da regra, mais evidente do que o educacional. “O efeito da medida está no nível do movimento político, da importância de lembrar um momento marcante da História”, complementa.

Um dos artigos da Lei diz respeito à exibição de ao menos um material audiovisual sobre o holocausto na escola. “Não é tarefa do legislador delimitar os instrumentos pedagógicos e didáticos que o professor vai usar em sua sala de aula. Quem tem autoridade pra fazer isso são os professores e os estudiosos do tema” – diz o professor Nilton Pereira. Segundo Valer Nagelstein, tal artigo tem fins lúdicos e de fixação do conteúdo.

O vereador conta que houve certa resistência à proposta no sentido da sua constitucionalidade, uma vez que muitos afirmam que não cabe a um legislador definir esse tipo de ação. “Isso é parcela da incompreensão sobre o papel do político, pois a política está como moldura do processo da própria constituição da sociedade. É o legislador que molda e que constrói o ambiente” – afirma, dizendo também que a forma de implementação da medida, sim, será definida pela classe dos professores.

Manoel da Silva acrescenta que quem tem poder de decisão sobre o modo de implementação da lei é o Conselho Municipal de Educação, e o que o grupo de trabalho da Secretaria do qual ele participa tem feito é refletir sobre alguns aspectos a serem propostos. “Nós vamos sugerir, ao Conselho, diretrizes com bases no que já foi pensado em relação à educação para as relações étnico-raciais”, comenta. O que paira é a preocupação em torno da abordagem a ser desenvolvida em aula sobre o holocausto, que pode ser justificada com a colocação de Nilton Pereira: “O ensino de história é um lugar de memória, e também de esquecimento, que tem efeitos muito significativos na formação das novas gerações”, afirma o professor.

Mariana Sirena, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabício



A pesquisa e o futuro

Formação acadêmica

As histórias de dois alunos e seus trabalhos no Salão de Iniciação Científica

Entre os dias 18 e 22 de outubro, foi realizado o XXII Salão de Iniciação Científica da UFRGS. Na cerimônia de encerramento, o pró-reitor de Pesquisa, João Edgar Schmidt, lembrou que o SIC é o segundo maior evento da Universidade, atrás apenas do vestibular. Os números divulgados pela Pró-reitoria de Pesquisa são, de fato, impressionantes: entre alunos, professores e visitantes, o Salão deste ano contou com 4.502 participantes, sendo 3.955 da UFRGS. Com tantas pessoas envolvidas, o melhor jeito de compor uma matéria sobre o evento é a partir de suas histórias. Esta reportagem traz o relato de dois alunos, de diferentes áreas, que falam sobre os trabalhos que apresentaram, a sua relação com a academia e as expectativas que mantêm para o futuro na Universidade.

Porto Alegre 2014 – Leonardo Lima, estudante de Arquitetura, apresentou o trabalho “Porto Alegre e a Copa do Mundo de 2014 – uma escolha de sedes”. Trata-se de um estudo que averigua qual a melhor opção de estádio, dentre três possíveis, para receber os jogos da Copa, considerando-se a região da cidade em que estão localizados. Os estádios considerados foram o Beira-Rio, que fica no bairro Menino Deus, o Olímpico, na Azenha, e a nova Arena do Grêmio, a ser construída no bairro Humaitá.

Paulista, torcedor do São Paulo Futebol Clube e apaixonado por futebol, Leonardo passa longe das polêmicas que separam os torcedores de Grêmio e Internacional. “Eu não sou gremista nem colorado, não estou de lado nenhum”, brinca. Seu estudo é técnico e leva em conta quatro variáveis: mobilidade urbana, rede hoteleira, infraestrutura e criminalidade. Esses seriam os pontos fracos da candidatura de Porto Alegre, conforme levantamento baseado em informações divulgadas pela imprensa.

Leonardo não fez uma análise dos estádios em si. O trabalho consiste em pensar a capital como um sistema e, a partir daí, olhar para cada área como parte dele, tendo como problema de pesquisa a escolha da sede da Copa. O primeiro passo é analisar qual parte da cidade é a melhor em certo aspecto, como a infraestrutura, por exemplo; depois, comparar os atributos espaciais das regiões dos estádios a essa para descobrir qual delas está mais próxima do ideal. O estudante foi orientado pelo professor Romulo Krafta.

O estudo – A primeira variável considerada pelo futuro arquiteto é a mobilidade urbana. Esse critério leva em conta a facilidade de chegar ao estádio e, ao mesmo tempo, se o caminho não concentra outros fluxos. Nesse ponto da apresentação, ele mostrou uma foto das avenidas Borges de Medeiros e Padre Cacique, com o Beira-Rio ao fundo, e o trânsito completamente parado. O jogo era noturno, e o fluxo de carros indo para o estádio se misturou ao do sentido dos moradores da Zona Sul que retornavam para casa, ao fim do dia. Nesse primeiro quesito, o



O Salão de Iniciação Científica deste ano contou com 4.502 participantes, sendo 3.955 da UFRGS

Olimpico se saiu melhor.

A rede hoteleira se desdobra em duas medidas: a convergência e a oportunidade espacial. O primeiro dá conta dos locais para onde os visitantes que estiverem em Porto Alegre tendem a ir – pontos turísticos, bares noturnos, etc. A região do estádio do Inter é a que tem mais condições de atrair os turistas. Já a oportunidade espacial investiga em qual parte da cidade há hotéis com maior privilégio locacional frente a uma gama de locais em que o público turista tende a se dirigir. Há um empate entre as zonas do Olímpico e do Beira-Rio.

O terceiro aspecto é o da infraestrutura. O bairro Humaitá está

localizado numa área estratégica da cidade, próximo à principal entrada de automóveis e ao aeroporto Salgado Filho. Além disso, existem mais alternativas para se chegar ao estádio – ou seja, a Arena do Grêmio leva a melhor.

A quarta variável é a da criminalidade, para a qual foram mapeadas as estatísticas de crimes registrados em delegacias no primeiro semestre de 2010. A área do Beira-Rio registrou um número menor que as demais.

Não é preciso entender de futebol para acertar o resultado: com um placar de 3 a 2 a 1, o Beira-Rio foi o vencedor. Porém, Leonardo faz questão de dizer que a conclusão do trabalho não é definitiva. Ele lembra

que o seu estudo é baseado na morfologia urbana – que é uma de muitas abordagens existentes sobre a cidade. Além disso, ele atribuiu um peso igual a todas as variáveis. Se à infraestrutura for dada prioridade, por exemplo, o resultado pode ser outro. De fato, o pesquisador acredita que esse seria o principal aspecto a ser considerado – ou seja, a Arena seria a vencedora.

Leonardo pretende se formar no final do próximo ano e diz que sua intenção é seguir no meio acadêmico – fazer mestrado e doutorado – e, no futuro, dar aulas.

João Flores da Cunha, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da Fabico

Glauber Rocha e o audiovisual

André Araújo, estudante de Jornalismo, apresentou o trabalho “Cinema na televisão: a experiência de Glauber Rocha no ‘Abertura’”. O Abertura foi um programa que estreou em 1979 e tinha por objetivo fazer uma televisão capaz de refletir o clima de otimismo com o início da abertura política. O objetivo a que o estudo se propôs foi descobrir o que significava, para Glauber Rocha, fazer cinema na televisão.

No programa, o cineasta realizou diversas experiências. Na apresentação para a banca, André mostrou um trecho em que Glauber se movimenta em frente à câmera e recusa-se a responder às perguntas, quebrando o *script*. Dessas técnicas, que não fazem parte da estética televisiva, emerge um novo audiovisual, na visão de André. Ou seja, para Glauber, fazer cinema na televisão não significaria seguir nem a gramática cinematográfica nem a televisiva, e sim realizar um produto novo, resultante de um experimento estético e técnico.

André abriu o trabalho com uma citação de Glauber: “Não existe conflito nenhum entre cinema e televisão. Inclusive, é cada vez mais necessário fazer cinema NA televisão”. Isso é emblemático porque o ponto de partida da pesquisa do orientador de André, o professor Alexandre Rocha da Silva, são os próprios cineastas.

Ela se propõe a sistematizar uma teoria dos cineastas brasileiros sobre o audiovisual a partir da noção de que eles deixaram dispersas, em entrevistas que concederam e nos produtos audiovisuais que realizaram, as bases para a formação de uma teoria, mas não a concretizaram. É um estudo que tenta provar, por exemplo, que, além de um grande cineasta, Glauber Rocha também foi um grande teórico. Assim, de acordo com a pesquisa, Glauber estrutura sua ideia do audiovisual em quatro pontos: técnica, linguagem, relações com a indústria e comunicação.

A relação com a academia

O estudante diz que a pesquisa é construída em colaboração direta com o orientador, e que não se reduz à análise de conteúdo: “A ideia é revisar as teorias a partir do Glauber, tendo como referenciais autores da filosofia, da linguística e da semiótica. Evoluir o pensamento a partir do objeto, e não usar as teorias como simples ferramentas para tentar criar uma tese sobre ele”.

André já teve certeza de que seguiria na academia, mas hoje não está tão seguro: “Cada vez mais, me aproximo do jornalismo”. Ele não vê, no entanto, uma separação entre a prática jornalística e a teoria acadêmica, pelo contrário: “Tento unir as duas coisas. É muito importante ter uma formação intelectual sólida para exercer o jornalismo. Estou aprendendo os métodos do pensamento teórico”.

Ele diz que está criando “bagagem intelectual” para o exercício da profissão. “Gosto muito da carreira acadêmica e de pensar sobre jornalismo a partir dos autores que eu estudo. Antes, eu encarava a academia como uma possibilidade de emprego. Agora, vejo como crescimento pessoal para me tornar uma pessoa melhor e um profissional melhor”, conclui, lembrando que renovou a bolsa de iniciação científica – vai para o segundo ano.



Justiça, direitos humanos e cidadania

Saju

Tripé de valores baseia as atividades do serviço desenvolvido por estudantes

Caroline da Silva

Às vezes, chegam às salas do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (Saju), no porão da Faculdade de Direito, vasos de flores e caixas de doces. São formas de as pessoas atendidas agradecerem o acolhimento dos estudantes, que além de se preocupar com as demandas judiciais dos clientes, procuram, antes de tudo, resolver seus problemas.

Os coordenadores Guilherme Jantsch e Maria Angélica Feijó esclarecem que não é prática aceitar presentes como retribuição aos serviços, mas é difícil negar algo dado de coração. Nesse caso, as iguarias são repartidas entre toda a equipe. E deve faltar doce para tanto colaborador... O Saju divide-se em 14 grupos de trabalho, sendo que cada um deles tem de 10 a 15 integrantes, numa proporção média de 10 estudantes para cada cinco advogados já formados.

“Tentamos atender a pessoa da melhor forma. Se tiver que botar 10 processos na Justiça, paciência. Queremos que eles saiam daqui com o problema resolvido”, conta a vice-coordenadora Maria Angélica. Conforme a aluna do sexto semestre, os clientes são pessoas que não puderam ser atendidas pela Defensoria Pública. “seja porque não conseguiram uma ficha ou porque a renda delas não se encaixa”.

Os critérios para receber atendimento gratuito no Saju são: ser residente de Porto Alegre e não possuir condições financeiras para pagar advogado sem o prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família. Maria Angélica explica: “A rigor, não temos uma renda fixa, nos balizamos em três salários mínimos, mas há casos em que as pessoas ganham R\$ 2 mil, mas têm muitos gastos, filhos”. No entanto, a vice-coordenadora relata: “Já recorreram a nós pessoas que tinham condições de pagar. No grupo de direito do consumidor, houve uma mulher que agendou o atendimento por telefone dizendo ter feito uma cirurgia plástica que não havia dado certo. Quando chegou aqui, era uma superperua. Pedimos que ela trouxesse o comprovante de renda e constatamos que ela ganhava perto de R\$ 8 mil por mês. Conversamos e dissemos que não tínhamos como tratar do caso porque deixaríamos de atender alguém que precisasse”. O coordenador Guilherme retifica: “Mas tentamos evitar fazer isso, porque às vezes é muito traumático pras pessoas... Ela é realmente pobre e ainda ficamos pedindo comprovante de renda”.

Funcionamento – Os atendimentos são por agendamento. Há uma secretária de segunda a sexta, das 14h às 18h, para fazer a triagem, ver quais são os problemas e saber a qual grupo o cliente deve ser encaminhado. Essa secretária é, na verdade, uma estudante de Direito que recebe uma bolsa de extensão. Os grupos acabam se dividindo em áreas do Direito (cível, família, penal, trabalhista, previdenciário, consumidor, criança e



Estudantes do Saju prestam assistência jurídica aos moradores da Vila Chocolateão, no Centro da capital

adolescente, direitos da mulher, imigrantes e refugiados e a assessoria popular), mas a organização não é o único objetivo da divisão, segundo os coordenadores.

“Isso permite que separemos os horários de reunião e de atendimento. Há um grupo que se reúne toda segunda à tarde, outro, na segunda à noite. Também dispomos de grupos todas as tardes, sendo que alguns atendem no horário do meio-dia”, comenta Guilherme Jantsch. A área de cível e família, por ser a de maior demanda, abrange nove grupos.

No Saju, há advogados formados que atuam voluntariamente, bem como graduandos de Direito de outras universidades e também alunos de outros cursos. “Procuramos fazer com que os

estudantes tomem a frente dos casos. Então eles vão atrás, estudam o assunto, elaboram os documentos que precisam ser levados ao Judiciário. Já os advogados supervisionam todo esse atendimento e o acompanhamento dos processos porque, como estudantes, não temos como postular no Judiciário. O trabalho dos advogados não é só formal, como o dos professores. Eles realmente trabalham aqui e têm um grande valor”, destaca Guilherme.

Cidadania – Maria Angélica explica que a maioria dos grupos lida com assistência jurídica, “que seria essa parte dos estudantes, orientados pelos advogados, atendendo às pessoas carentes que chegam aqui”. Já a assessoria envolve estudo e prática: “As pessoas se capacitam, leem textos sobre educação popular. Dentro da sua temática, alguns trabalham com direito à moradia, tendo contato com comunidades através de ONGs que fazem um trabalho lá, seja ajudando na regularização daquela área urbana, seja no deslocamento dos moradores da Vila Chocolateão, por exemplo”.

Direitos Humanos – A vice-coordenadora cita como novidade o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (Gaire). “Iniciamos como um grupo que fazia só estudos nessa área, depois começamos a atuar junto à Igreja da Pompeia, que abriga a Associação Antônio Vieira (Asav) – ONG gaúcha ligada ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), uma instituição que recebe os imigrantes. Muitos deles precisam de certa documentação. Então, tem um advogado que ajuda os estudantes dentro dessa área”.

Conforme Eliane de Oliveira, secretária do padre Joaquim Filippin, da Igreja da Pompeia (que realiza atendimento aos imigrantes), todas as questões jurídicas dessas pessoas são resolvidas pelo Saju. Ela esclarece que, quando os imigrantes têm qualquer problema familiar, de regulamentação, relativo a INSS ou até mesmo à opção de nacionalidade, são contatados “os meninos da faculdade”.

O grupo se diz o mais interdisciplinar do Saju, pois reúne dois advogados formados e alunos de Psicologia, Relações Internacionais e Ciências Sociais, além de estudantes de Direito, é claro.

Segundo o grupo, o principal pedido dos imigrantes é para se naturalizarem brasileiros. Os graduandos estão elaborando uma cartilha que explica esse processo e também informa os estrangeiros sobre seus direitos e deveres no Brasil. Aqueles que estão em situação ilegal, por exemplo, têm direito a serem atendidos pelo SUS e a cursar o Ensino Fundamental e Médio.

Justiça – Os alunos que fazem parte do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária passam por uma seleção anual que reúne entre 50 e 60 interessados, mas não há nenhum pré-requisito acadêmico. “Por ser um projeto de extensão, acreditamos que nessa troca não há prejuízo se as pessoas são de semestres inferiores. Pelo contrário, como eles não têm ambição de fazer estágio, têm bastante vontade de atuar”, relata Maria Angélica. Na seleção é aplicada uma prova com questões sobre o estatuto do Saju, na qual é preciso acertar 50% das perguntas. Também é solicitada uma carta de intenções e há a entrevista com os grupos. “Aí o pessoal pondera o interesse, a motivação e a disponibilidade, porque, além de ter que atuar aqui durante a semana, tem que fazer estudo, petição, ir no Fórum”, especifica a vice-coordenadora.

Como projeto de extensão, o Saju representa a legítima via de duas mãos: atende à comunidade que não tem condições de pagar e precisa de assistência jurídica e também contribui na formação dos alunos. “O Serviço se moveria por um tripé: justiça, direitos humanos e cidadania. E, logicamente, tem o lado do aprendizado dos estudantes, da formação acadêmica”, afirma Guilherme.

O coordenador informa que quando o Saju surgiu, em 1950, não era um projeto de extensão. “Até onde sabemos, a extensão era algo muito incipiente no Brasil. Ele era um órgão do Centro Acadêmico, um serviço organizado prestado à sociedade. Com o passar dos anos, foi se desvinculando do Centro Acadêmico, até que, em 1997, houve a desvinculação definitiva e ele passou a ser um programa de extensão da Universidade. Hoje não há qualquer vínculo com o Centro Acadêmico, só com a Pró-reitoria de Extensão e também com os professores que coordenam o projeto – porque todo projeto de extensão tem que ser coordenado por um servidor.”

Começo para alunos e graduados

Muitos membros da comunidade acadêmica conhecem Roberto Manoel Juckowsky Macedo como o coordenador de Informática do Vestibular. Poucos sabem que como servidor técnico-administrativo do Centro de Processamento de Dados ele está aposentado, mas continua vinculado à UFRGS como professor do Departamento de Informática Aplicada do Instituto de Informática - daqui a dois anos, completa-se o tempo para a aposentadoria também dessa função. Mas um número menor ainda deve ter conhecimento de sua faceta de advogado. Ele se graduou em Direito em janeiro de 2009 na PUCRS. Em seguida, passou na prova da OAB (que segundo ele tem somente 13% de aprovação). Entrou para o Saju em agosto de 2009, passando a integrar o grupo de Direito Cível e Família, nos atendimentos da segunda-feira à tarde.

“A área de Informática é muito interessante, mas a turma jovem praticamente assumiu. Entendi que precisava olhar para alguma atividade que me permitisse manter a cabeça ocupada e ajudar as pessoas de alguma forma. Poderia chegar num escritório de advocacia e me candidatar a estágio voluntário, sem ganhar nada, só para aprender. A outra forma era unir o útil ao agradável, que era do meu interesse: ajudar as pessoas e ao mesmo tempo aprender. Então, a opção natural foi o Saju. Tenho outros colegas advogados que atuam, converso bastante com eles, tiro dúvidas, e eles comigo. Nós nos aprimoramos na área e ao mesmo tempo ajudamos a comunidade e os estudantes.”

Macedo se inscreveu no edital e passou pelo processo de seleção, com prova e entrevista. Ele conta que o atendimento ao cliente é feito sempre com um advogado e o assistente. Sobre os alunos, comenta: “Muitos deles entram sem nenhum conhecimento, tanto do ponto de vista da legislação, do Direito, das regras, das normas, quer dizer, eles não sabem como conduzir. E acabam aprendendo um monte. Eles participam dos atendimentos, ouvem. As vezes se propõem a redigir a peça para a gente acertar”. Dessa forma, o advogado é o modelo do estudante.

O servidor avalia a relevância do Serviço: “Acontece de tudo, e acho o atendimento muito importante. Ocorrem os casos mais variados, inclusive eventuais brigas, desentendimentos. Os alunos, então, veem todas essas coisas que acontecem no dia a dia mesmo. A área de família é muito grande: filhos, guarda, pensão, divórcio, separação. Há um grupo inclusive de direitos à mulher, que atende a casos específicos, mas não aos casos de violência. A experiência é muito interessante”.

FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU



FLAVIO DUTRA/JU

Suporte clínico

Atenção à saúde

Servidores e estudantes contam com diversos serviços de atendimento

Criado há 10 anos, o Departamento de Atenção à Saúde (DAS) faz parte da estrutura da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e dá suporte a questões de saúde no ambiente da UFRGS, oferecendo vários serviços à comunidade universitária. O órgão, que tem sua sede principal no Câmpus Saúde, dispõe ainda de um ambulatório no Câmpus do Vale, que realiza procedimentos e consultas de enfermagem, psicologia e serviço social.

Iniciado há pouco, o serviço de psicologia do Departamento conta com duas psicólogas para o acompanhamento de possíveis situações de sofrimento psicológico no ambiente de trabalho. Dependendo do caso, recomendam buscar tratamento na rede pública ou privada.

Atendimento – O foco do atendimento ambulatorial não são as emergências. Para procedimentos de enfermagem, como curativos e retirada de pontos, tanto o ambulatório do Câmpus do Vale quanto a sede do DAS atendem a servidores ativos e inativos e a estudantes com benefício saúde SAE.

Os ambulatórios também se encarregam das vacinações de servidores ativos e inativos, conforme os critérios da Secretaria Municipal de Saúde, sob a orientação do Ministério da Saúde. A maior demanda é pela vacina contra a gripe comum, sendo que, em 2009, foram realizadas 5 mil vacinações.

Servidores ativos e inativos, seus dependentes e alunos com benefício saúde SAE podem agendar consultas com médicos, enfermeiros, nutricionistas e dentistas. Essas consultas devem ser marcadas presencialmente ou por telefone, todos os dias, exceto as odontológicas, que são agendadas na manhã do primeiro dia útil de cada mês de forma presencial. São disponibilizadas as seguintes especialidades médicas: clínica geral, pediatria, dermatologia e clínica para a cessação do tabagismo. Servidores com prontuário no Hospital de Clínicas também podem marcar suas consultas via Departamento.

No atendimento odontológico, são oferecidas consultas para revisão, limpeza, restauração e extração de dentes. Para tratamentos mais especializados, como ortodontia, prótese e tratamento de canal, o setor encaminha o paciente.

Serviço social – Integrada ao Departamento de Atenção à Saúde, funciona a Divisão de Serviço Social (DSS) que, por meio de ação articulada com outros setores da Universidade, formula estratégias e ações para garantir o acesso dos servidores aos serviços de saúde ofertados, aliando-os às Políticas Sociais vigentes e às diretrizes preconizadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS). Dessa forma, as demandas expressas na Universidade e que são foco da ação da Divisão incluem aspectos relativos à qualidade ambiental no trabalho, ao acompanhamento de servidores em Licença para Tratamento de Saúde e em Licença por Acidente em Serviço, por dependência química ou por problemas de saúde mental. A DSS participa ainda

de diversas atividades na UFRGS, tais como capacitações voltadas à promoção da saúde do servidor, preparação para a aposentadoria e comissão de avaliação de estágio probatório.

Outro setor que faz parte do Departamento de Atenção à Saúde é a Divisão de Segurança do Trabalho, responsável pela realização de vistorias em todas as unidades da UFRGS. Essas vistorias são feitas por iniciativa própria, a partir de solicitações das diretorias ou de servidores e em casos de acidente. Se for constatada uma situação de risco, a unidade é notificada. O próprio servidor acidentado deve acessar o Formulário de Acidente e Incidente de Serviço (Fais) pelo Portal do Servidor, imprimi-lo e preenchê-lo para abrir um processo: “Isso pode ser feito mesmo que a unidade não concorde”, explica o chefe da Divisão Vinicius Ciulla. O processo chega ao Departamento de Atenção à Saúde, que encaminha para uma perícia – que pode ou não resultar em licença para tratamento de saúde por acidente em serviço. Em 2009, a Divisão registrou 16 acidentes.

Perícias e exames – Os ingressos de servidores na UFRGS e a avaliação de afastamento dos integrantes da comunidade universitária por motivo de saúde passam pela Divisão de Saúde e pela Junta Médica.

Para solicitar o afastamento, o interessado já deve ter realizado uma consulta prévia e portar um atestado médico com a Classificação Internacional de Doenças (CID). Para os estudantes, a perícia é agendada pelo telefone do DAS e, para servidores, a marcação é solicitada pela chefia do setor por e-mail. Também são periciados os casos de acidente de trabalho e de pedido de isenção de imposto de renda.

De acordo com a Política de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal, o DAS está trabalhando para implantar o Decreto Federal n.º 6.856, de 2009, que dá direito a exames periódicos de saúde aos servidores públicos federais. O Departamento planeja uma maneira de atender a essa demanda, obedecendo às peculiaridades de cada servidor, por meio de uma terceirização desses procedimentos, que serão opcionais e oferecidos a cada dois anos. De acordo com a diretora do DAS, Marília Hackmann, o início desses atendimentos está previsto para 2011.

Ainda em relação à implantação dessa política, além do público da UFRGS, a perícia e o serviço social do Departamento atendem a servidores de outros órgãos federais, por meio de um acordo de cooperação técnica. Estão incluídos nesse acordo: o Ministério da Agricultura, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que incluem a antiga Escola Técnica da UFRGS, o Cefet de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica de Sertão, e o Tribunal de Contas da União.

Diego Mandarino, estudante do 8.º semestre de jornalismo da Fabico



Servidores ativos e inativos, seus dependentes, e alunos com benefício SAE podem agendar consultas odontológicas na sede do Departamento de Atenção à Saúde da UFRGS na manhã do primeiro dia útil de cada mês

Endereços do Departamento de Atenção à Saúde

Sede
Av. Protásio Alves, 297
Câmpus Saúde
Horário: segunda a sexta,
das 8h às 18h
Fones: 3321-3249/3321-3106

Ambulatório Câmpus do Vale
Av. Bento Gonçalves, 9.500
Prédio 43353, junto ao
setor de segurança
Horário: segunda a sexta, das
8h às 12h e das 13h às 17h
Fone: 3308-6940

Investimento em qualidade de vida

Viva mais – O objetivo do programa Viva Mais, formado por profissionais do DAS e colaboradores de outras unidades, é realizar campanhas de prevenção contra doenças causadas por determinados hábitos, como o fumo e a má alimentação. O coordenador, Alexander Daudt, explica que existem quatro grupos de doenças – do coração, cânceres, diabete e respiratórias crônicas – que estão lotando os hospitais: “Temos, na prática, uma epidemia, e o sistema de saúde estrangulou, então está claro que temos de trabalhar com a prevenção”.

Atualmente, a equipe do programa está envolvida com o projeto “Ambiente livre da fumaça do tabaco”, que visa diminuir o fumo passivo. O grupo já realizou uma intervenção na reitoria, em que promoveu conversas com os trabalhadores daquele local e, posteriormente, implantou a proibição do fumo no interior do prédio. O mesmo processo está em curso na Escola de Engenharia.

Daudt afirma que não é uma ação contra a pessoa que fuma, mas contra a fumaça do cigarro em nome da saúde coletiva: “Inclusive em paralelo se oferece auxílio para as pessoas que querem parar de fumar”. Foram estabelecidos grupos de cessação do tabagismo em parceria com o Instituto de Psicologia. O próprio Daudt atende no DAS pessoas que querem abandonar o hábito. O servidor Heron Alves, da Progesp,

que fumava havia 21 anos, conseguiu largar o cigarro num período de dois meses de tratamento: “Tudo começa com a decisão de parar; mas, sem essa ajuda, nada se consegue”.

Viver melhor – O Serviço Social do DAS acompanha o Grupo Viver Melhor na Melhor Idade, formado por aposentados e pensionistas da UFRGS. Em sala própria, no Anexo I da reitoria, eles se reúnem todas as quintas-feiras à tarde para trocar experiências sobre a vida na aposentadoria e planejar atividades como passeios, cursos, palestras e bailes. O Viver Melhor é vinculado à Progesp e gerenciado pelos próprios aposentados. O vice-coordenador, Gilberto Soares, relata: “Fico na expectativa das reuniões. A gente costuma gostar porque sente falta desse calor humano”. A secretária Miriam Pereira fala de sua experiência no grupo: “Depois de aposentados, acabamos ficando muito sozinhos, e aqui encontramos um grupo de amigos. A gente vive o que os outros estão vivendo, procura ajudar, se telefona”.

Todo aposentado ou pensionista da UFRGS pode participar. Atualmente, são 79 pessoas cadastradas que participam de diferentes eventos. Às terças-feiras, por exemplo, reúne-se um grupo de artesanato, que todos os anos distribui sua produção, como os enxovais para recém-nascidos da Santa Casa.

Especial

Formação

A rotina de quem ensina e aprende na Educação a Distância

TEXTOS **JACIRA CABRAL DA SILVEIRA E DIEGO MANDARINO**
FOTOS **FLÁVIO DUTRA**

“Eu não teria outra chance não fosse pela Educação a Distância.” A afirmação é de Adilson Räder, 28 anos, aluno da 1.ª edição do curso de graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (Plageder) da UFRGS, do polo de Três Passos. O curso possui, ao todo, 300 alunos e 12 polos no estado.

Ao iniciar o curso em 2007, ele já trabalhava no frigorífico da Sadia como desossador de suínos. Em 2009, foi promovido a um cargo administrativo no setor de agropecuária: “Só tive oportunidade de trocar de setor devido ao curso”, relata.

Geralmente, são três aulas presenciais por disciplina. As tarefas são passadas pela Internet através da plataforma Moodle: “Mas fazemos vários trabalhos em grupo, visitando agroindústrias”, explica Adilson. O estudante vive com a esposa e o filho de dois anos, dedicando-se ao curso à noite, após voltar do trabalho, e nos fins de semana. “A relação com a família não mudou muito, foi mais em relação à vida social. Antes, eu jogava bola no sábado e no domingo. Agora parei um pouco”.

Adilson está na última etapa do curso e, para o Trabalho de Conclusão, escolheu o tema da sustentabilidade ambiental. A previsão para a formatura, com seus 30 colegas de polo, é abril de 2011.

Inclusão – A professora Margareth Axt, com formação em linguística, foi pesquisadora durante 12 anos no Laboratório de Estudos Cognitivos (LEC) do Instituto de Psicologia, onde começou seus estudos sobre informática na educação, principalmente de crianças.

Ela verificou que, ao programarem o computador em busca de um resultado, as crianças aprendiam a desenvolver a escrita e a leitura: “Uma criança que estava há 6 anos na escola com dificuldades de aprendizagem, em três meses estava lendo e fazia tudo”.

Margareth tornou-se professora do pós-graduação da Faculdade de Educação da UFRGS em 1996. Não pretendia mais trabalhar com informática, mas com aquisição da linguagem, área em que fez seu doutorado. Porém, ao receber uma aluna surda em sua turma de Filosofia da Linguagem, resolveu voltar às tecnologias: “Havia uma intérprete, mas fiquei preocupada porque ela não conhecia certos termos técnicos e isso poderia prejudicar a aprendizagem”.

Então propôs aos alunos trabalhar em rede para que todos ficassem em condição de igualdade: “O problema era que ninguém sabia usar computador”. Só havia um aparelho na biblioteca da faculdade. A turma teve de ir ao CPD para aprender a trabalhar com a rede e usar os equipamentos de lá.

A professora passava os textos e os alunos discutiam em rede: “A profundidade com que discutiram, numa aula presencial, jamais teria ocorrido, porque não há tempo para todos falarem e se aprofundarem. Eles liam os livros e faziam postagens enormes, que todos podiam ler e assim a discussão se mantinha”.



Jovens da equipe de desenvolvimento de objetos de aprendizagem realizam gravação para o curso de Licenciatura em Música a Distância

Universidade mais próxima

Sobrecarga – A UFRGS realiza cursos a distância em nove áreas: Administração, Pedagogia, Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Letras, Inglês, Matemática e Música.

“Tudo mudou quando passei a ser professor de EAD”, relata o docente do curso de licenciatura em música a distância, Rodrigo Schramm, a respeito de sua rotina. Com formação em computação e música, ele já trabalhava desde 2003 com a professora Helena de Souza Nunes na elaboração de materiais didáticos para EAD. Em 2008, ingressou na UFRGS como professor.

Na disciplina de multimeios da modalidade EAD, ele tem de atualizar a plataforma online toda a quarta-feira para proporcionar o material da nova semana aos seus cerca de 450 alunos, distribuídos em 11 polos por todo o país, alguns destes no interior da Bahia e em Rondônia. “EAD não é fácil; pelo contrário, consome o triplo de horas. No presencial, sei que vou chegar lá, dar aula e tirar as dúvidas na hora. Na EAD, tenho que ir pro fórum e ver se alguém tem dúvida, para não deixá-lo esperando. Às vezes, passo o fim de semana atendendo alunos.” Rodrigo acrescenta que tem bastante trabalho para atualizar a plataforma: “Fui dormir às três da manhã hoje porque passei cinco horas preparando o material”.

A sobrecarga é avaliada por ele como algo que precisará ser solucionado nos próximos semestres. No entanto, Rodrigo também destaca o pioneirismo da UFRGS, a primeira universidade a propor um curso de música a distância, e o fato de que, não fosse isso, muitos não teriam possibilidade de buscar

essa formação. “Em Ariquemes (RO), a coordenadora de polo criou um ponto de cultura onde nossos alunos dão aula para crianças do município – hoje, se tu fores naquela cidade, tem crianças levando violão nas costas por todo lugar. Fico arrepiado com isso.”

Tutor em tempo real – Ariquemes é um dos 41 polos de EAD da UFRGS, dos quais 31 são no Rio Grande do Sul. Os demais estão distribuídos nos estados da Bahia (4), Santa Catarina (3), Rondônia (2) e Espírito Santo (1).

Cláudio Maia nunca havia trabalhado com EAD até tornar-se tutor do Plageder em 2008. O tutor é essencial para o acompanhamento dos alunos de cada polo de educação a distância. Com doutorado em desenvolvimento rural no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), sua experiência didática anterior havia sido em estágio de docência: “Abro os fóruns para discussão e lanço questões para que os alunos tirem as dúvidas em relação às leituras que realizam”, explica. Cada tutor geralmente fica responsável por uma disciplina. Sua carga horária é de 20 horas por semana, em que fica online para responder a perguntas e provocar debates. Nesse período, os alunos também precisam acessar a plataforma e participar. É uma sala de aula virtual em tempo real.

Cláudio diz que essas 20 horas não são suficientes para responder a todas as dúvidas dos alunos, que lançam seus questionamentos no fórum a qualquer hora do dia.

O tutor desenvolve seu trabalho de forma autônoma em relação ao professor. Cláudio também vai aos polos uma

vez por mês. Ele avalia a experiência como “uma oportunidade única, que vai ajudar na carreira acadêmica. Senti que melhorou meu entendimento dos problemas do aluno e de como conduzir a turma”.

Orgulho – “Tenho o maior orgulho de ser aluna da UFRGS”, afirma Simone Scharlau, 43 anos, estudante do nono semestre de pedagogia e interação com tecnologia a distância. Ela começou o curso pouco depois de se tornar professora do primeiro ano da escola Anita Ligia Wingert, em Sapiranga, dando aulas para crianças de seis e sete anos.

Simone conta que o curso mudou sua vida pessoal e profissional: “Hoje sou uma pessoa muito diferente, tenho outra visão de mundo, de escola e de como lidar com as crianças”. Ela revela que foi difícil adaptar-se às exigências do curso: “Era dona de casa e, de um momento para outro, fui chamada para docência e para o curso de Pedagogia”.

A primeira coisa foi aprender a ligar o computador. “Tive muito apoio do meu esposo; se não fosse isso, eu não sei se eu conseguiria aguentar”. A professora diz que sua rotina ficou bastante puxada, tendo de se dedicar todas as noites e nos fins de semana.

Ela observa que o impacto do curso a distância se estende para a comunidade: “De uma forma ou de outra, incentivávamos as colegas a inovarem o seu trabalho na sala de aula. Elas começaram a ter outra visão e a gostar da forma como trabalhamos”.

Simone acha que as evasões no curso se deveram à exigência na rotina: “Tive colegas que, ao ingressarem na modalidade a distância, não aguentaram”.

Em 2010/2, os cursos de EAD da UFRGS irão graduar 950 formandos.

Segundo a Secretaria de Educação a Distância do MEC, o Brasil tem 210 instituições de ensino superior credenciadas para a modalidade.

De 2007 para 2008, ocorreu um salto no número de matrículas: de 369.766 para 761.00. Em 2010, foram 878.893 matrículas.

O último Censo em EAD, de 2008, revelou um índice de 18,5% de evasão no país.

Criada em 2002, a SEAD conta atualmente com 41 polos em todo o território brasileiro

EAD: inovação com inclusão

Existe demanda de formação que possa ser melhor atendida na modalidade a distância? A pergunta é do professor Sérgio Franco, Secretário de Educação a Distância da UFRGS (SEAD), em resposta à questão sobre o que caracteriza uma demanda de EAD. Defensor confesso da modalidade, e seu articulador desde a origem do debate até a instalação oficial na Universidade, Sérgio argumenta: “Não é pensar se esse curso pode ou não ser oferecido a distância, mas sim o que pode ser a distância nesse curso? Em que situações o processo de aprendizagem ganha mais, usando estratégias a distância e estratégias presenciais?”.

Polos – Criada em 2002, a SEAD conta atualmente com 41 polos em todo o território nacional, o que representa a existência de alunos-UFRGS em localidades como Arriquemes e Porto Velho, em Rondônia, a 3.500km de Porto Alegre. “A EAD na Universidade nasce com a missão da democratização do ensino e com o compromisso de atingir populações que residem em municípios distantes dos grandes centros e que não teriam condições de frequentar os cursos presenciais”, explica o vice-secretário, Silvestre Novak.

Existem ainda quatro polos na Bahia, três em Santa Catarina, um no Espírito Santo e 31 no interior do Rio Grande do Sul. Nesses polos são oferecidos cursos de extensão, de especialização e um ou mais dos nove cursos de graduação: Matemática, Letras/Inglês, Ciências Biológicas, Administração, Artes Visuais, Música, Pedagogia e Desenvolvimento Rural (Plageder). Destes, os três últimos terão suas cerimônias de formatura nos meses de dezembro e janeiro, algumas no Salão de Atos, outras nas cidades polo.

Segundo Sérgio Franco, mestre em Educação e doutor em Ciências da Computação, a educação a distância hoje na Universidade é presença inquestionável. Além de fazer parte do projeto do futuro Câmpus Litoral Norte da UFRGS, também está inserida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): “Ela não deve estar segregada num setor à parte, mas integrada à concepção e à dinâmica pedagógicas da UFRGS”. Nesse sentido, está prevista, no capítulo de infraestrutura do Plano, a criação de um centro de apoio ao uso de tecnologia de ensino de educação a distância. Esse centro contará com uma equipe técnica para prestar su-

porte na produção de materiais virtuais a serem utilizados em suas aulas, presenciais ou não.

Perfil e estrutura – A dimensão de todo esse trabalho resultou em grande parte das discussões e dos encaminhamentos oriundos do Fórum de EAD, que completou uma década de existência este ano e teve como uma das comemorações a aquisição de uma caminhonete Ranger, de cabine dupla e capacidade para seis pessoas, que será usada nos deslocamentos para as atividades presenciais nos polos gaúchos. O Fórum foi criado para congrega professores, estudantes e técnicos que vinham desenvolvendo alguma forma EAD na Universidade. Reunidos, eles poderiam definir políticas e formas de estruturação.

Desde o começo, a intenção era promover uma modalidade descentralizada de ensino, cabendo às unidades todo o gerenciamento pedagógico dos cursos, e à Secretaria, a mediação institucional com agências de fomento e instâncias como a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Outra condição fundamental, presente desde o princípio, foi a questão da qualidade dos cursos: “A EAD na Universidade vem sendo construída a partir de três eixos principais: inovação tecnológica e pedagógica, qualidade de ensino e inclusão”, detalha Silvestre.

Junção de saberes – A interdisciplinaridade também tem sido uma das marcas do setor, destaca Sérgio Franco. É o caso do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação (Cinted), criado em 1999 para institucionalizar o Programa de Pós-graduação de Informática na Educação. Este veio a ser o primeiro curso interdisciplinar do Brasil, numa colaboração da Faculdade de Educação e dos Institutos de Psicologia e de Informática.

Outra instância interdisciplinar é o Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação a Distância (Napead), que começou a operar em 2009, no Câmpus do Vale. Ele tem por função dar suporte às ações de EAD na Universidade, com ênfase no apoio à produção de objetos de aprendizagem digitais. Faz parte também do núcleo, um dos polos da Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância (Regesd).

Do ponto de vista de recursos humanos, foi criada a figura do tutor como apoio ao professor. Quando as atividades são presenciais, quem presta assessoria é o

“A EAD na Universidade nasce com a missão da democratização do ensino e com o compromisso de atingir populações que residem em municípios distantes dos grandes centros”

tutor residente próximo ao polo, chamado de tutor presencial. Cabe a ele a intermediação administrativa e pedagógica entre alunos, curso e professor. O tutor a distância, por sua vez, é aquele que trabalha diretamente com o professor responsável pela disciplina, dando suporte pedagógico, esclarecendo dúvidas, encaminhando trabalhos e acompanhando discussões nos ambientes virtuais de aprendizagem.

Tanto os tutores como alguns dos professores, monitores (alunos da graduação que auxiliam alunos e professor) e técnicos administrativos que trabalham na modalidade a distância recebem qualificação através da Sead. Só em 2009, foram realizadas 13 capacitações com a participação de aproximadamente 200 monitores e professores. Conforme Sérgio Franco, a SEAD e a Pró-reitoria de Graduação já estão alimentando a ideia de uma formação de professores para o uso de tecnologias.

Para o secretário, o uso da tecnologia passará a ser tão frequente no cotidiano da educação que o professor terá a mesma preocupação tanto para saber se a lâmpada de sua sala está funcionando, quanto conferir como estão as condições da tecnologia que ele precisará para dar aula. “Meu horizonte é o seguinte: todos os cursos da Universidade terem disciplinas a distância e disciplinas presenciais. Tudo o que pudermos fazer para que o aluno melhor aproveite o seu tempo na Universidade será enriquecedor para ele”, conclui o professor.



No final dos anos 1970, o primeiro computador da UFRGS foi construído na garagem do físico José Medero, contrariando o regime militar que controlava o uso e a importação desses equipamentos

Destaque para quem

A terceira edição do curso EAD de graduação tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, Plageder III, que terá início em 2011, será oferecida em módulos já programados nos moldes de curso permanente. Até então, assim como os demais cursos de graduação a distância desenvolvidos na Universidade, o Plageder vem sendo oferecido como projeto especial, com entrada única, o que implica a impossibilidade aos alunos matriculados de rodarem em alguma disciplina, pois esta não será mais oferecida.

De acordo com o coordenador do Plageder, Lóvio de Andrade Miguel, a cada nova oferta do curso entram 500 alunos, o que equivale a 10% dos que ingressam na UFRGS via exame vestibular. Para o professor, isso demonstra a capacidade da EAD em aumentar a oportunidade de acesso ao ensino superior. Pioneiro na área, existe apenas um curso semelhante – oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria –, o Plageder, segundo

O que há de novo na sala de aula virtual

Plataformas em EAD ou ambientes virtuais de aprendizagem são programas que auxiliam na construção de cursos via web. Na UFRGS existem três dessas plataformas hospedadas no Centro de Processamentos de Dados (CPD). De acordo com Hubert Ahlert, diretor do Departamento de Sistemas de Formação do Centro, duas delas foram construídas no âmbito da Universidade: a Rooda (Rede Cooperativa de Aprendizagem), desenvolvida no Núcleo de Tecnologia Digital aplicada à Educação (Nuted/CNPq), da Faculdade de Educação, e a Navi (Núcleo de Aprendizagem Virtual), projetada na Escola de Administração pelo Núcleo de mesmo nome. A terceira plataforma é a Moodle (Modular Object Oriented Distance Learning) do MEC.

Em função do grande volume de acessos e do fato de permanecerem em funcionamento por 24h,

durante os sete dias da semana, tais ferramentas exigiram a contratação de equipes de suporte e desenvolvimento, com programadores específicos para trabalhar em cada ambiente de aprendizagem. As próximas contratações deverão atender a um projeto em andamento junto à Secretaria de Educação a Distância (SEAD) para o desenvolvimento de uma plataforma virtual para a Universidade. O objetivo desse novo ambiente é integrar as três plataformas já existentes, minimizando a diferenciação existente entre elas e potencializando cada uma.

Dentre essas plataformas, a que demandou maior adaptação por parte do CPD foi a Moodle, em função de ser um software livre, usado por um grande número de pessoas – proposta que representou inovação no setor. Conforme Hubert, foram necessários seis meses para integrar a nova

ferramenta ao controle acadêmico da Universidade, o que implica ter acesso a dados como alunos matriculados e professores regentes, para a montagem de ambientes exclusivos a cada disciplina.

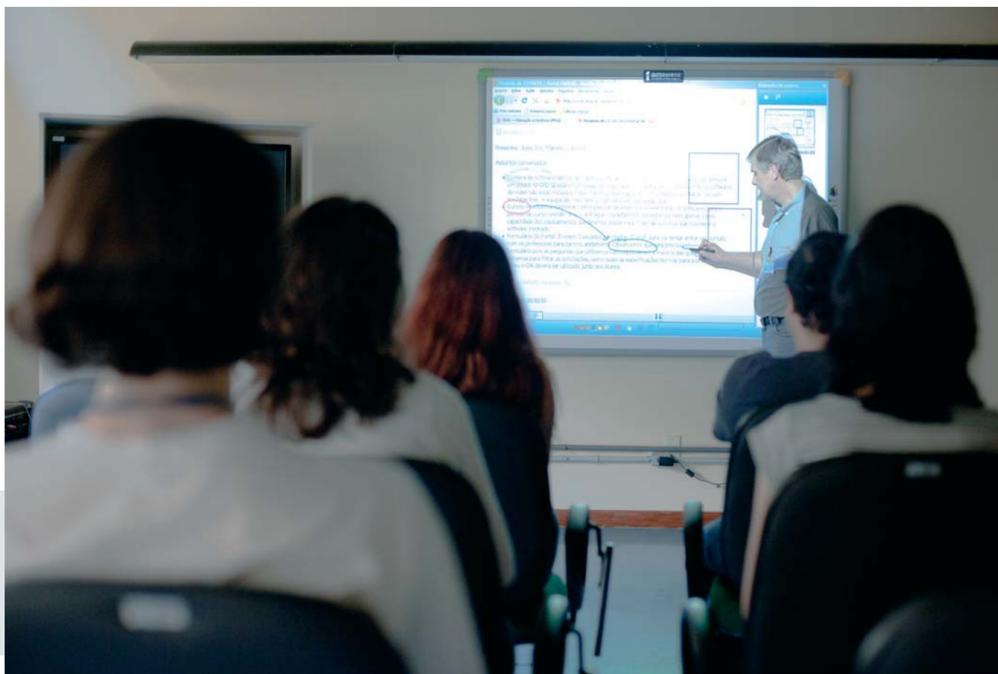
Outra inovação, e que começa a repercutir nacionalmente, é a Autenticação Federativa, que possibilitará ao aluno ou professor terem validadas suas identificações institucionais (cartão universitário) dentro de um grupo como a Rede Gaúcha de Ensino a Distância, por exemplo. Ou seja, a partir de uma única página, os participantes de cursos oferecidos pelas universidades que integram a Rede podem navegar no ambiente, informando sua identidade institucional. “Essa é uma tecnologia que pretendemos levar não só para a EAD, mas para outros serviços comuns a várias instituições”, projeta o diretor.

O Pós-graduação em Informática na Educação foi o primeiro curso interdisciplinar do país



FOTOS: FLAVIO OLIVEIRA/JU

No Câmpus do Vale funciona um dos polos da Rede Gaúcha de Ensino a Distância (Regesd), criada em abril de 2007



Projetos têm repercussão nacional

Muitos dos projetos desenvolvidos na UFRGS que aproximam novas tecnologias e educação têm garantido destaque nacional e internacional à Universidade. Em novembro, o Cinted aprovou o projeto Federação de Repositórios Educa Brasil (FEB), cujo objetivo é definir um modelo federativo de repositórios que possibilitará aos usuários acesso a conteúdos digitais de aprendizagem, armazenados em diferentes locais, a partir de um único ponto de acesso, contemplando as plataformas Web, TV Digital e dispositivos móveis. O FEB concorreu com mais 11 propostas ao edital da Rede Nacional de Tecnologia e tem a parceria da Unisinos, pelo Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Computação Aplicada (PIPCA).

De acordo com a diretora do Cinted e coordenadora do projeto, Rosa Maria Vicari, com o aumento da produção de objetos de aprendizagem em inúmeras instituições no Brasil e no mundo, constatou-se que esses conteúdos não seriam de grande utilidade para os possíveis usuários, a menos que pudessem ser descobertos, localizados e recuperados de forma eficiente e globalizada. Assim, a ideia é solucionar essa lacuna, pois não existe, atualmente, infraestrutura global de apoio à busca de conteúdos de aprendizagem.

Cinco repositórios da Universidade – Coletânea de Entidades de Suporte ao uso de Tecnologia na Aprendizagem (Cesta), SACCA, RIVED, ENGE0 e OBAA – já fazem parte do protótipo da Federação, além da Biblioteca Nacional e do Banco Internacional de Objetos Educacionais do

A Federação de Repositórios Educa Brasil permitirá aos usuários acesso a conteúdos digitais de aprendizagem armazenados em diferentes locais

MEC, todos com configurações diferentes, o que os torna adequados para a implementação da Federação e para o teste dos padrões decorrentes desse projeto.

OBAA – Outro projeto de grande repercussão nacional do Cinted, também coordenado por Rosa Vicari, é o Padrão para Metadados de Objetos de Aprendizagem Multiplataforma (OBAA), implantado em 2009. Ele permitirá o uso de objetos de aprendizagem em um contexto de integração tecnológica, unindo Internet e TV Digital. “O padrão proposto tem um conjunto de metadados para objetos de aprendizagem, com enfoque em questões educacionais específicas do contexto brasileiro”, explica a diretora.

Também participaram do projeto a Faculdade de Educação, responsável pela parte pedagógica e pelos padrões de acessi-

bilidade, e o Instituto de Informática, encarregado de definir os padrões para TV digital e os dispositivos móveis para que esses objetos possam ser recuperados via celular e TV. Coube ao Centro dar apoio na parte de rede, requisito para web e repositórios. No total, fazem parte da iniciativa 12 alunos e quatro professores, provenientes dos três setores envolvidos. “Temos trabalhado em pesquisas para o desenvolvimento de sistemas educacionais baseados em tecnologias da Inteligência Artificial (IA)”, comenta Rosa.

Acessibilidade – O Núcleo de Pesquisa de Informática na Educação Especial (NIEE) da UFRGS é o único que faz pesquisa nessa linha em todo o país desde 1984. Em 2000, deu início a sua primeira formação de professores de educação especial na modalidade a distância, visando à inclusão sociodigital. Como a Universidade ainda não dispunha de plataforma própria, o curso foi realizado em parceria com a Unicamp por meio de seu ambiente de aprendizagem, o TeleEduc. Depois disso, a formação passou a ser desenvolvida inteiramente pela UFRGS, tendo na coordenação as professoras Liane Tarouco e Lucila Maria Costi Santarosa – esta última também coordenadora do NIEE.

Já passaram pelo curso cerca de cinco mil professores que trabalham com alunos especiais em escolas da rede pública de ensino e que, atualmente, possuem salas de recursos multifuncionais. A montagem dessas salas contou com a assessoria do NIEE, tanto na escolha dos diferentes

equipamentos quanto na configuração dos computadores, que foram adequados às necessidades de uso dos alunos especiais.

Em 2009, o NIEE passou a oferecer o curso para professores de oito países de língua espanhola – entre eles Uruguai, Argentina e Chile –, o que levou o MEC a criar uma política de educação especial junto ao Mercosul. Isso fez com que o NIEE começasse a tradução para o espanhol do livro-base do curso, lançado no ano passado: Tecnologias Digitais Acessíveis. Essa obra compreende todo o conteúdo do curso desenvolvido em módulos e é acompanhada de um CD com vídeos.

O MEC também solicitou a formação a distância de professores surdos e com deficiência visual. “Foi um novo desafio”, garante Lucila, pois tivemos de adaptar todo o material da plataforma TeleEduc para o uso de pessoas surdas, passando para Libras todas as palestras e vídeos e montando um glossário para surdos. Também foram desenvolvidas novas ferramentas de acessibilidade, como um bate-papo sonoro e visual, um teclado virtual para escrita em Libras.

Esse processo desencadeou uma série de pesquisas no sentido de desenvolver um ambiente educacional inclusivo e acessível a todas as deficiências, o que resultou no Eduquito, premiado internacionalmente. Embora não fosse uma plataforma para EAD, e sim um ambiente inclusivo para criação de projetos de aprendizagem, ferramentas do Eduquito puderam ser empregadas para tal fim por terem sido inspiradas no TeleEduc.

Questões regionais

Lvois, só tem sentido na modalidade a distância, pois é fundamental que o aluno faça o curso imerso nas questões regionais para poder operar sobre elas.

Por outro lado, o coordenador reconhece que ainda há muito a fazer para que a Universidade esteja mais preparada para a oferta permanente de EAD. “Ainda não conseguimos implementar uma gestão do Plageder não tão artesanal, por isso queremos na terceira edição do curso nos aproximar bastante do sistema acadêmico de gestão.” Dessa forma, eles pretendem diminuir a sobrecarga de trabalho e melhorar o funcionamento geral do curso. Por edição, o curso envolve o trabalho de 30 a 40 professores, sendo que a folha de pagamento de bolsas de novembro deste ano foi de 160 pessoas, envolvendo professores, técnicos administrativos e tutores: “É maior que muita empresa gaúcha”, brinca. Mas está mais para ato de magia, se considerarmos que tudo isso é administrado por apenas quatro pessoas.

Com o RS e no Brasil

Em 2005, com a criação da Universidade Aberta do Brasil, a UFRGS passou a integrar o sistema nacional como forma de contribuir para a expansão pública da educação superior demandada pelo MEC. Hoje, 88 instituições integram o Sistema UAB, entre universidades federais e estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs).

Para dar conta da demanda do MEC por cursos de graduação em licenciaturas na modalidade a distância, a UFRGS juntou-se a outras instituições de ensino superior do RS, pois não havia à época universidade devidamente preparada para se responsabilizar sozinha por um curso de graduação nessa modalidade.

Assim nasceu a Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância (Regesd), da qual fazem parte: UFRGS, Centro Federal

de Educação Tecnológica de Pelotas, Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria e Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

O Núcleo de Apoio Pedagógico à Educação a Distância (Napead), no Câmpus do Vale, abriga um dos 17 polos de apoio presencial dos cursos oferecidos pela Regesd, que atualmente são: Artes Visuais, Ciências Biológicas, Letras/Inglês, Letras/Espanhol, Matemática, Geografia. Os três primeiros cursos são coordenados pela UFRGS, que oferece, ainda, junto à UAB, os cursos de Administração e Desenvolvimento Rural – ambos projetos especiais, com entrada única.



Estudantes em aula presencial no polo de Ariquemes, Rondônia

DMUCARDO

As proibições da ditadura não foram suficientes para impedir o sonho destes professores

A coragem de quem foi pioneiro

Começo do caminhar ousado e persistência foram cruciais na origem da EaD na UFRGS

Durante 20 anos, Léa Fagundes deu aulas para crianças, até entrar no curso de Pedagogia da UFRGS, em que viria a ser professora a partir de 1972. As dificuldades de aprendizagem verificadas em seus alunos levaram-na a pesquisar sobre as causas dessa realidade e a buscar novos métodos de ensino.

Teoria e prática – Segundo Léa, o modelo tradicional nas escolas segue o paradigma do behaviorismo, em que a resposta esperada é premiada e a indesejada, punida: “Condiciona apenas reflexos [como no treinamento militar] e o comportamento de animais”, sustenta a professora. Para ela, o ser humano, por ter a capacidade não só de adquirir, mas de construir o próprio conhecimento, necessitaria de um processo diferente, em que ensinar é a melhor forma de aprender.

Foi assim que Léa conheceu os estudos cognitivos do suíço Jean Piaget, que não era trabalhado à época na Pedagogia, mas no então Departamento de Psicologia, para onde se transferiu. Léa explica que, conforme o paradigma piagetiano, o prêmio é adquirir o conhecimento.

Nos estudos cognitivos, não há grade de disciplinas ou de horários; os professores precisam trabalhar em conjunto. A ideia é que os alunos pesquisem, com a orientação docente, sobre fenômenos que lhes interessem e cuja causa desco-

nhecem – como a formação dos arco-íris, por exemplo – e transmitam o conhecimento obtido ao final do processo – em que recorrem a diversas fontes – para a turma. A professora criou o Laboratório de Estudos Cognitivos (LEC) em 1975 para desenvolver pesquisas nessa área.

Informática como ferramenta – Léa, então, formou parceria com o neurologista argentino Antônio Maria Battro, que estudara com Piaget durante quatro anos no Centro Interdisciplinar de Epistemologia Genética de Genebra. Com Battro, ela inteirou-se a respeito da chamada inteligência artificial, tema que vinha ganhando espaço em diferentes setores.

Um dos maiores entusiastas dessa temática era o matemático sul-africano Seymour Papert, que também havia estudado com Piaget. Com ele, Battro iniciou o estudo da relação entre crianças e computadores – a máquina, assim, passou a ser planejada como ferramenta de aprendizagem.

Para tanto, Papert criou a linguagem Logo, que permite às crianças que programem de forma criativa, pois são elas que ensinam os computadores para que eles cheguem à resposta desejada. No caso de a criança errar, ela mesma pode descobrir onde está o erro, já que cada passo fica registrado, e ela pode experimentar como as modificações em cada etapa influenciam o resultado final.

Ao acompanhar, no Hospital Del Niño, em Buenos Aires, a eficácia do método no atendimento a crianças com prejuízos em seu desenvolvimento, Léa passou a buscar um computador para o LEC. Mas esbarrou nas proibições impostas pelo Brasil da ditadura, quando não era permitida a importação de computadores e assemelhados; somente aqueles que retornassem de viagem de estudo era dada permissão de trazer seu PC. A saída, pensou Léa, seria procurar a Secretaria Especial de Informática do

governo militar para explicar a necessidade de um computador para suas pesquisas em educação. Nem mesmo o “não” que recebeu dos militares foi capaz de dissuadi-la de criar as condições necessárias a suas investigações.

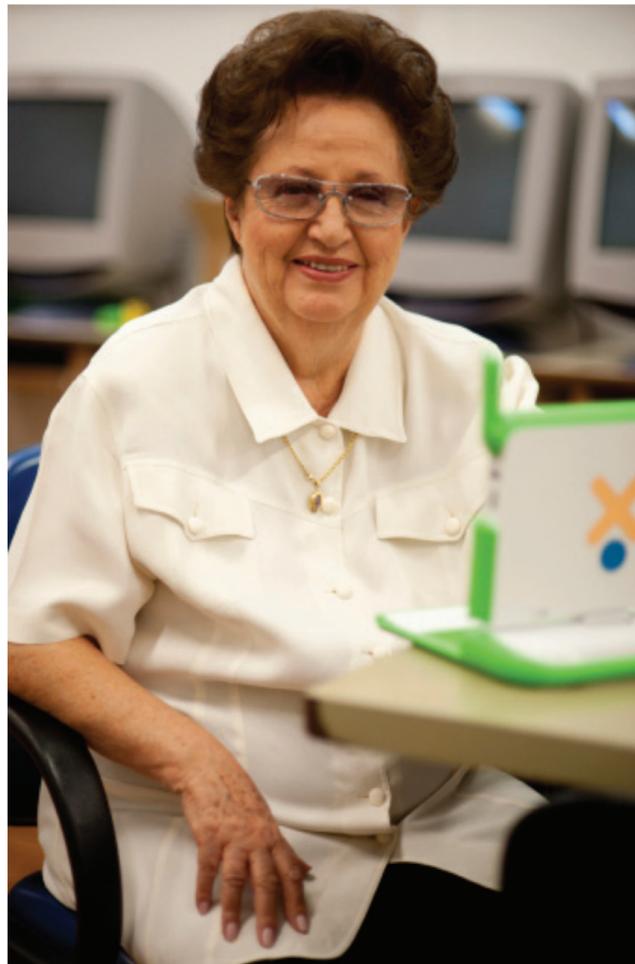
Foi mais ou menos nessa época que descobriu que a solução estava bem mais próxima do que pensava, mais precisamente no Instituto de Física, onde um dos professores pesquisava clandestinamente a arquitetura dos computadores. Depois de muita insistência da colega, ele acabou aceitando o arriscado desafio de construir o que seria o primeiro computador da UFRGS.

A distância – A evolução da tecnologia com a comunicação em rede possibilitou a interação, fundamental no modelo dos estudos cognitivos, por permitir o contato entre quem busca a informação e aquele que a tem. Léa percebeu aí a possibilidade de levar cursos a outros locais e, assim, disseminar sua concepção construtivista de educação.

Outro aspecto técnico, a transformação de voz em linguagem escrita, também favoreceu o trabalho do LEC para aprimorar a educação de surdos – outra vertente investigativa do Laboratório para tornar a educação mais inclusiva.

No início, foi essencial a tecnologia de radioamador, porque ainda não havia a Internet. Com recursos da Organização dos Estados Americanos (OEA), Léa solicitou computadores e a instalação de antenas: na UFRGS, em Caxias do Sul, em Pelotas e em Novo Hamburgo.

Léa recorda que a professora Carla Valentini, de Caxias, teve de subir no telhado da escola em que trabalhava para instalar a antena: “Tudo o que nós fizemos foi com uma forte motivação de mudança e de melhoria”. Assim, em 1985, começaram os cursos de extensão de formação de professores de surdos, os primeiros a distância da UFRGS.



Léa Fagundes e José Medero contornaram a negativa dos militares

Vamos pra América Central

Em todas as escolas da Costa Rica, em 1986, haviam sido instalados computadores para desenvolver a inteligência, o raciocínio lógico e a aprendizagem em ciências e tecnologia – tudo com recursos do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID). Após cinco anos, o banco exigiu a contratação de um avaliador, e Léa foi convidada em função de seus estudos.

Depois de uma primeira avaliação, a professora concluiu que os alunos não aprendiam, por um lado, porque o método de ensino empregado não se baseava nos estudos cognitivos e, por outro, porque os professores não acompanhavam os alunos nos laboratórios. Ao relatar sua conclusão aos costa-riquenhos, recebeu um pedido para que desse um curso de formação para

os professores: “Disse que não podia, era mãe de sete filhos e trabalhava na UFRGS”.

O problema se resolveu com a educação a distância. Ao apresentar à Pró-reitoria de Pós-graduação o projeto de curso de especialização de 24 professores da Costa Rica, Léa foi questionada: como dar um curso para pessoas que não moravam no Brasil nem falavam português?

Enquanto aguardava a resposta, deu início ao curso informalmente. Depois de algum tempo, imprimiu os diálogos realizados via e-mail com os professores costa-riquenhos e os levou à PROPG. Sua ideia era mostrar que a interação era possível, mesmo com a diferença dos idiomas. Aprovado, o curso foi o primeiro de pós-graduação *latu sensu* a distância da UFRGS e, possivelmente, do Brasil.



Computador underground

Foi na garagem da casa de José Medero e Ivone que a filha Gabriela, de três anos, começou a brincar com componentes eletrônicos que o pai deixava ao seu alcance, enquanto trabalhava na calada da noite montando computadores. Era final dos anos 70, e a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico (Capre) controlava o uso e a importação desses equipamentos. A pesquisa também era proibida – exceto a de alguns organismos licenciados pelo governo – e os computadores só eram permitidos a pesquisadores que os trouxessem do exterior para uso próprio. “Eles queriam reinventar a roda”, comenta José.

Formado em Engenharia Elétrica, Medero era professor e pesquisador na área de eletrônica no Instituto de Física (IF). Em 1974, foi aos Estados Unidos para fazer um curso na Intel, em San Francisco, no Vale do Silício. Lá, conheceu pesquisadores de outras universidades brasileiras.

Naquela época, a recém-criada empresa norte-americana Apple fazia sucesso com seus microcomputadores, relativamente baratos e funcionais, como não havia até então. Sua vantagem era a capacidade de rodar todos os programas mais utilizados,

dentre os quais o sistema operacional CPM (um ancestral do Windows).

José não pôde trazer consigo um PC da Apple, mas conseguiu que um dos doutorandos que morava no Canadá lhe trouxesse um. Este foi desmontado no IF para, em seguida, ser remontado: “Fizemos a engenharia inversa porque não havia ninguém para explicar como funcionava, então começamos a estudá-lo”, explica. “Foi tudo de brincadeira, nós fazíamos de curiosidade, para aprender.” Assim, o professor adquiriu conhecimento para construir um novo computador.

Foi durante esse processo, feito em segredo pelo temor de uma possível repressão, que Léa descobriu (devido à proximidade entre o Departamento de Psicologia e o IF, que à época funcionavam no Anexo I da reitoria) e encomendou um computador a Medero. Por meio de contatos com pesquisadores na América do Norte, José passou a receber, por correio, uma a uma as partes de um computador. Ivone lembra que o processador veio dentro de um livro cortado para evitar a fiscalização: “A Léa nem sabe disso”, comenta o casal entre risos.

O processo de montagem teve desafios, pois faltavam componentes como a tela e

o teclado. Medero teve a ideia de modificar uma televisão para que ela transmitisse imagens coloridas, já que Léa trabalharia com crianças. O teclado foi elaborado de forma totalmente artesanal, com o uso de chapas de alumínio. O processo levou um ano e foi enfrentado graças à insistência de Léa, como lembra Ivone: “Se não fosse por ela, o meu marido nem teria feito ou então teria atrasado uns dez anos”. Muitos cafezinhos tomaram juntas, enquanto José trabalhava na encomenda.

José e Ivone montaram uma empresa chamada ProMicro e construíram dez computadores até receberem uma carta da Capre, alertando o senhor José Medero sobre a inconveniência de tal atividade.

O primeiro PC de Léa, construído por José, ainda está no Laboratório de Estudos Cognitivos (LEC), no Instituto de Psicologia, e chama-se Micro Plus. O pioneiro dos computadores brasileiros, o “Patinho Feio”, foi construído em 1972 – mas, segundo Medero, “era compatível apenas com ele mesmo”. O Micro Plus é possivelmente o primeiro computador comercializável construído no Brasil e compatível com os programas mais usados à época.



Filosofia impura

Daniel Dennett é um filósofo in-comum. Sua aparência lembra o eterno clichê do velho sábio de barba branca e dicção tranquila, preocupado em ostentar os ancestrais conhecimentos que a tradição dos homens tão-somente através dele poderia nos legar. Nada mais enganoso. Dennett é um pensador heterodoxo, avesso à quase totalidade da tradição filosófica, questionador não só das abordagens tradicionais aos problemas relevantes, mas, em alguns casos, da maneira como os problemas são, em si, formulados.

Sua filosofia é *impura*: não se limita a deduzir as entidades e relações fundamentais a partir de especulações puramente abstratas – inversamente, ela as impregna com a experiência do mundo material. O projeto filosófico de Dennett propõe um extenso intercâmbio com as ciências naturais. Evitar o estereótipo de “filósofo ignorante em ciência” (como classifica alguns de seus oponentes) é uma tarefa que ele assumiu desde sua graduação em Harvard. “Trabalhei todos esses anos tentando estabelecer respeito e confiança mútuos entre cientistas e filósofos”, afirmou em entrevista ao JU. Esse posicionamento radical em favor de uma visão de mundo essencialmente naturalista – na qual a indagação filosófica se legitima na organização coerente dos dados empíricos das ciências – não causaria maiores controvérsias, não fosse, talvez, a natureza problemática do objeto preferencial dos estudos de Dennett: a mente humana.

Em sua recente visita a Porto Alegre para participar do ciclo de palestras Fronteiras do Pensamento, ele apresentou ao público que o recebeu no Salão de Atos da UFRGS sua teoria sobre a mente humana, que propõe uma controversa articulação de ciências cognitivas, darwinismo e computação para explicar até os fenômenos sutis como a consciência, o livre arbítrio e mesmo a fé religiosa (ver box). Se, para alguns, essa combinação já é escandalosa hoje, o que se diria em meados da década de 1960, quando Dennett começou a desenvolver suas primeiras reflexões rumo a uma compreensão inteiramente objetiva, “em terceira pessoa”, da mente, evitando recorrer aos procedimentos dominantes entre os filósofos para estudar o assunto, como a introspecção, o subjetivismo ou a análise puramente conceitual da linguagem, por meio da qual expressamos nossos estados mentais.

Era uma ambição que causava vertigem mesmo aos cientistas, então mais afeitos aos estudos comportamentais que revelam somente aspectos mais exteriores da vida mental. “Até os anos 80, cientistas nunca escreveram sobre a consciência. Era considerado o tópico louco que se deixava para os filósofos excêntricos. Até que Gerald Eldeman publicou *The Remembered Present* [1990] e eu publiquei *Consciousness Explained* [Consciência Explicada, 1991]. Até então, eles haviam pensado secretamente em consciência por anos e perceberam que havia o perigo de um filósofo, um maldito filósofo, conseguir uma teoria antes deles. E assim eles começaram a pensar: ‘É, talvez seja melhor eu prestar atenção nesses filósofos’”, brinca.

Pensar às avessas – No século XVII, o filósofo francês René Descartes formulou uma concepção de mente humana muito difundida entre todos nós até hoje: o eu é uma alma imortal, uma substância com propriedade mentais qualitativas, inteiramente distintas da substância material regida unicamente pelas leis da física. Tal separação nos parece muito cômoda – de um lado, o domínio da subjetividade, da liberdade, do propósito e da cultura; de outro, o campo da matéria inanimada, do determinismo físico e da natureza. É primordialmente a esse dualismo arraigado em nossa percepção do mundo que a filosofia de Dennett se contrapõe com veemência: tal noção implica no que ele chama de “teatro cartesiano”, a

ideia segundo a qual a mente possui um único centro organizador autônomo que articula toda a experiência subjetiva. Dennett defende que a mente é, ao contrário, um pandemônio de processos neurais complexos e altamente fragmentários desprovido de qualquer centro racional intrínseco.

Sua teoria da mente, recorre a alguns raciocínios extremamente contraintuitivos – mais ainda, invertidos. Ele se vale das “estranhas inversões do pensamento” propostas por Charles Darwin e por Alan Turing, matemático britânico e um dos pioneiros das teorias da computação moderna. A isso, ele acrescenta sua própria torção conceitual da tradição filosófica.

Tendemos a pensar que para toda a ação há um agente, para todo projeto, um projetista – um afresco é pintado por um artista e esta página é escrita por um jornalista. Não imaginar uma mente humana agindo por trás

Quebrando o encanto

As opiniões de Daniel Dennett são frequentemente identificadas com o chamado neoteísmo, uma espécie de movimento liderado por seu amigo Richard Dawkins, um influente biólogo evolucionista e divulgador da ciência. O objetivo dos neoteus é promover uma visão de mundo científica contrária, segundo afirmam, a qualquer forma de crença religiosa. Uma das bandeiras do movimento é a teoria darwiniana da evolução, da qual Dennett é um fervoroso defensor.

Em um de seus últimos livros, *Quebrando o encanto: a religião como um fenômeno natural* (2006), ele defende a tese de que a crença religiosa é condicionada pela evolução biológica da espécie humana. Caberia à ciência, portanto, “quebrar o encanto” que situa a religião além de qualquer domínio da investigação. “Religiões são fenômenos tão importantes que precisamos estudá-los com todos os recursos disponíveis, e isso quer dizer que precisamos arrancar o véu, temos que parar de ser hiper-respeitosos com relação à religião. Temos que tornar os membros de todos os grupos religiosos do mundo responsáveis pelos problemas que suas religiões criaram. Não há como fazer isso sem chocar algumas pessoas”, completa Dennett.

de processos que envolvem complexidade e inteligência nos parece absurdo. E esse absurdo é precisamente o cerne subversivo da inversão proposta por Darwin, que, segundo Dennett, teve a melhor ideia singular que alguém já teve, simples o bastante para ser resumida em poucas linhas já bem conhecidas: evolução através da reprodução diferencial e da seleção natural ao longo do tempo. Um possível subproduto desse processo, em condições adequadas, são organismos estonteantemente complexos: projetos sem projetistas ou, pelos menos, sem projetistas dotados de razões próprias, apenas mutação contingente e seleção natural cega.

A segunda inversão de que nos fala Dennett, a de Alan Turing na computação, é análoga à de Darwin na biologia. O matemático britânico idealizou, em 1937, sua famosa “máquina de Turing”, um dispositivo que manipula símbolos conforme as instruções de um programa (algoritmo) preestabelecido – todos os processos de computação ima-

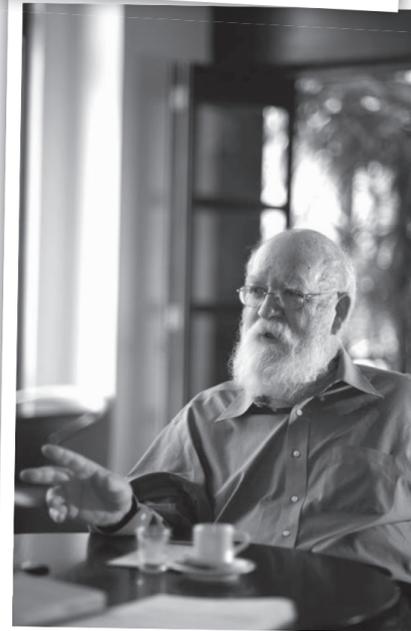
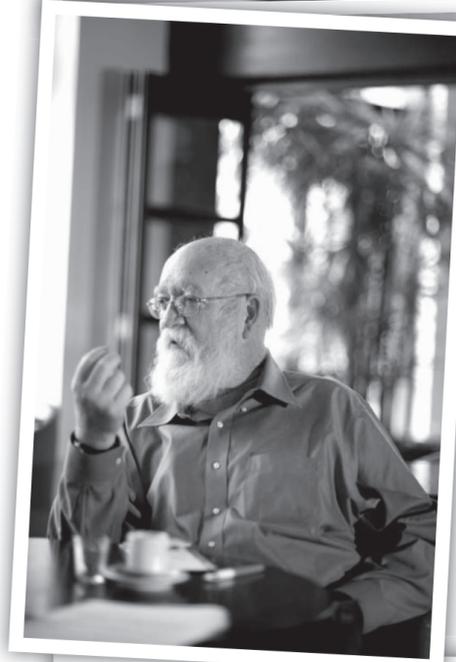
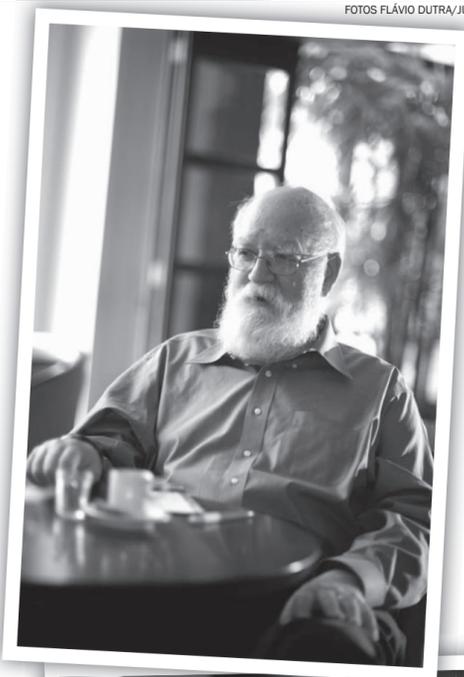
gináveis são redutíveis a essa simples estrutura. Turing tinha plena consciência de que sua máquina não precisava entender as operações que realizava, ela tão-somente precisaria estar programada para tanto. A máquina (como a evolução darwiniana) desenvolve competências reais, mas que ela própria não precisa entender. “Acho que a palestra que eu dei ontem [no Fronteiras do Pensamento] tratou disso de uma maneira legal. Darwin e Turing apresentam a ideia de competência sem compreensão, e não há intencionalidade, a não ser no processo de programação em si. Ou seja, está na ‘mãe natureza’, no engenheiro que constrói o robô”, explica Dennett.

A mente revista – E como essas inversões nos ajudam a entender a mente humana? Como elas contrapõem a noção cartesiana de sujeito? Dennett conta que uma entrevista sua concedida a um jornal italiano saiu com o seguinte trecho de uma resposta sua como título: “Sim, temos uma alma, mas ela é feita de muitos robôzinhos”. A frase, só então ele percebeu, sintetizava tão bem seu argumento que se tornou uma espécie de lema da sua abordagem filosófica ao problema da mente. Os “robôzinhos” são, metaforicamente, os neurônios, cerca de dezenas de bilhões deles, cada um dos quais, a partir de operações celulares puramente mecânicas e limitadas, contribui para constituir a totalidade das operações cerebrais. As inversões radicais de Darwin e Turing são aplicadas, assim, ao sistema da mente (sistema intencional, tal como Dennett o denomina): as competências que atribuímos à mente (cognição, consciência, sentido, etc.) surgem sem qualquer compreensão por parte dos neuromecanismos que as geram.

Talvez a mais controversa contribuição do filósofo seja a de mostrar que, em sua constituição fundamental, os processos cerebrais que engendram a mente não possuem qualquer racionalidade intrínseca. “Quando se chega às primeiras formas de vida que fazem coisas por razões que elas não conhecem, tudo some: é a fundação sem milagres. Logo, a rica intencionalidade em sua escala humana é um efeito muito tardio, não essa fonte miraculosa na nossa cabeça, mas um resultado dessas pequenas ‘coisas’ [organismos mais simples] que existem como se tivessem intencionalidade”, resume o pensador. O conceito de “intencionalidade” referido por Dennett é um tradicional jargão que filósofos utilizam para indicar a competência mental de referir-se às coisas do mundo. Para ele, a intencionalidade nunca é intrínseca à consciência, mas derivada, pelo processo evolutivo do cérebro humano, de formas biológicas mais rudimentares.

Com todo esse aparato conceitual, desenvolvido incansavelmente em décadas de pesquisa, Dennett conseguiu promover sua própria estranha inversão na filosofia da mente: consciência a partir da operação absolutamente ignorante dos intrincados mecanismos cerebrais. Sua teoria, porém, ainda desperta alguma hesitação não só entre o público como entre alguns cientistas céticos em relação à contribuição que a filosofia pode proporcionar para seus estudos. “As pessoas são hostis por algumas razões. Quanto aos cientistas, acho que há um espectro, com três tipos: há os que têm desprezo pela filosofia, os que têm medo da filosofia e os que acham que filosofia pode realmente funcionar. E é notável o quanto alguns desprezam a filosofia, o que não os impede de fazer filosofia, e fazê-la muito mal. Eu me delicio em mostrar aos cientistas arrogantes que pensam que não precisam de filosofia como eles cometem alguns erros elementares de lógica na abordagem do problema de pesquisa”, comenta.

Fernando Costa, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



Missão Ásia



O professor Carlos Alexandre Netto foi recebido por Park Chul, reitor da Universidade de Estudos Estrangeiros de Hankuk, na Coreia do Sul

Conexão internacional Comitiva da UFRGS visitou países asiáticos para fortalecer parcerias

No final do mês de outubro, a UFRGS enviou uma missão à Ásia. Durante os dez dias de viagem, a comitiva esteve em três países daquele continente – Coreia do Sul, China e Cingapura – e visitou catorze universidades, três parques tecnológicos e oito outras entidades, incluindo centros de pesquisa e empresas privadas. Foram assinados diversos acordos de cooperação com universidades da região. Entrevistados pelo JU, os quatro representantes da UFRGS que estiveram na Ásia afirmaram que a viagem foi um sucesso. Para a comunidade acadêmica, o resultado mais imediato é o acerto da instalação do Instituto Confúcio, mantido pelo governo da China. Trata-se de um projeto semelhante aos Institutos Goethe, de idioma alemão, e Cervantes, de espanhol, que visam à difusão da língua e da cultura desses países.

“Essa foi a primeira missão da UFRGS a instituições de ensino e de pesquisa em países asiáticos. No geral, foi um sucesso. Conseguimos estreitar parcerias já existentes, principalmente com instituições coreanas e chinesas, e trouxemos propostas de acordo com muitas outras instituições”, afirma o reitor Carlos Alexandre Netto.

Ajuda das embaixadas – “Foi fundamental contar com a colaboração das

embaixadas porque muitas das universidades asiáticas são vinculadas aos governos, aos ministérios, especificamente, por isso esse aporte diplomático é importante para se conseguir um espaço”, diz Liane Hentschke, secretária de Relações Internacionais da UFRGS, que destaca o “apoio ímpar” das representações do governo brasileiro no exterior. Além do contato com as instituições de ensino, as embaixadas auxiliaram na logística da viagem, como no transporte de um local a outro, por exemplo.

A UFRGS foi a primeira universidade brasileira a fazer uma visita institucional a Cingapura. Há dois anos, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) acertou um termo de cooperação científica com o ministério equivalente daquele país. De acordo com informações da Embaixada do Brasil em Cingapura, os acordos assinados pela UFRGS com a Nanyang Technological University (NTU) e a Agência de Pesquisa A*Star são os primeiros resultados concretos dessa parceria.

Tecnologia de ponta – O diretor do Instituto de Informática, Flávio Wagner, diz que a viagem permitiu confirmar o nível de excelência de algumas instituições de ensino superior do continente, algo já sabido por conta das posições que elas ocupam nos rankings das melhores do mundo: “Podemos constatar *in loco* o avanço que as universidades asiáticas tiveram no cenário mundial. Conversando com as pessoas e visitando os laboratórios, vimos que os governos daqueles países estão fazendo investimentos fantásticos em ciência e tecnologia e no ensino superior”.

De acordo com Carlos Eduardo Pereira, vice-diretor da Escola de Engenharia, “nos três países visitados, a engenharia é considerada estratégica para o desenvolvimento econômico, social, tecnológico e científico. A Coreia

do Sul é tida como uma referência em função do desenvolvimento enorme pelo qual passou, devido a um investimento maciço em educação e, em especial, nas engenharias, que contribuíram para o crescimento de várias indústrias de ponta no setor eletrônico (Samsung, LG), automotivo (Kia, Hyundai) e naval. Cingapura é um país que depende fortemente de sua indústria de alta tecnologia, da qual a engenharia também é um importante alicerce. A China está prestes a se tornar a maior economia mundial, tendo a engenharia também um papel de grande relevância”.

Fazendo uma comparação entre o cenário brasileiro e o do continente visitado, o reitor diz que “no Brasil, nunca houve tanto recurso para ciência, tecnologia e inovação como temos hoje. O investimento, nos últimos anos, já está na faixa dos bilhões. Mas ainda falta um envolvimento maior das empresas privadas, além do aumento do número de engenheiros formados. Talvez essas sejam as maiores diferenças entre o desenvolvimento asiático e o brasileiro”.

Flávio Wagner destaca que na viagem também foi possível observar a relação próxima que as universidades de ponta mantêm com empresas privadas a partir de seus parques tecnológicos. “Em muitas universidades que visitamos existem parques tecnológicos dentro ou em volta, com empresas fortes, sejam elas internacionais, atraídas para essas áreas, ou locais que se desenvolveram. É perfeitamente natural a interação entre as universidades e as empresas”, afirma.

Na visão do reitor, a constatação do sucesso do modelo de interação com as empresas privadas, na Ásia, confirma o acerto da aprovação, pelo Conselho Universitário, em abril deste ano, da implementação do Parque Tecnológico da UFRGS. À época, a decisão gerou controvérsia. “Temos, no mercado, vários produtos que foram desenvolvidos em

parceria com laboratórios da Universidade. Para que esse desenvolvimento prossiga é fundamental que tenhamos também um parque tecnológico, porque aí essa interação mais direta com as empresas vai acontecer com uma possibilidade de sucesso maior”.

O regimento do parque tecnológico está em sua versão final e deve ser encaminhado em breve aos conselhos superiores da Universidade. O início das atividades está previsto para 2011. O reitor cita o exemplo de outras universidades – públicas e privadas – para as quais a implementação do parque tecnológico significou um “ganho de escala” na interação com empresas.

Internacionalização – A missão à Ásia representou um marco importante para o processo de internacionalização da UFRGS. Segundo Liane Hentschke, o sucesso da missão está nas várias parcerias de mobilidade acadêmica fechadas principalmente nas áreas de tecnologia, engenharias, idiomas, medicina, agronomia e veterinária. “A Ásia hoje é estratégica, uma vez que, em termos globais, os países asiáticos são alguns dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico, principalmente a China, a Coreia, com um enorme desenvolvimento tecnológico, e também Cingapura, que é um parque de pesquisas muito importante. A UFRGS, uma vez se propondo à internacionalização, precisa visitar esses espaços e estabelecer cooperações”, observa.

A missão ao Oriente é também um sinal da expansão da área de interesse da Universidade. Historicamente, a UFRGS estabelecia parcerias com instituições de ensino da Europa e das Américas. Nos últimos anos, vem trabalhando também com universidades da África e da Ásia.

O professor Flávio Wagner se impressionou com o processo acelerado

Instituto Confúcio

Um dos pontos cruciais da missão à Ásia foi a parceria firmada com a Hanban, uma instituição pública ligada ao Ministério da Educação da China responsável pela difusão da língua e da cultura chinesas em todo o mundo. Pelo acordo, a UFRGS está autorizada a instalar o terceiro Instituto Confúcio de cultura chinesa no Brasil (os outros estão na Unesp e na UnB). “Teremos provavelmente, ainda no próximo ano, a inauguração das atividades desse instituto, que nos dará capacidade para trabalhar muito bem os temas da língua e da cultura chinesas”, diz o reitor. Segundo ele, o prédio do Instituto de Letras será reformado para sediar o Instituto.

A iniciativa teve o apoio da Universidade de Comunicação da China (UCC), com a qual a UFRGS mantém importante colaboração de mobilidade acadêmica. Jizhou Liu é um dos estudantes da UCC que realizam o curso de português para estrangeiros no Instituto de Letras. Ele vê com muito entusiasmo o conjunto de parcerias com a China. “O Brasil e a China estão mantendo uma relação próxima de comunicação comercial e cultural cujo futuro é promissor, e a colaboração de ensino superior é uma oportunidade muito boa. Na China, cada vez mais pessoas se interessam em conhecer e estudar português. Podemos ter convicção de que a UFRGS e as universidades da China vão ampliar a cooperação”, prevê.

Jizhou Liu também é otimista em relação à ideia de internacionalizar a universidade: “Isso pode ajudar a manutenção do vigor da UFRGS. O recebimento de alunos que representam culturas e opiniões diferentes significa que a Universidade pode sempre obter inteligência de todo o mundo”.

João Flores da Cunha e Fernando Costa, estudantes de Jornalismo de Fábico



O craque das letras

Literatura

Trinta anos da morte do cronista e dramaturgo Nelson Rodrigues

Caroline da Silva

O anjo pornográfico já foi celebrado de diversas formas. Ganhou biografia, foi enredo de escola de samba carioca. A sua contribuição para a dramaturgia nacional é incontestável, assim como para as áreas da literatura e do futebol. Justamente no fim da tarde do dia 21 de dezembro de 1980, em que obteria o êxito de somar treze pontos na loteria esportiva, num “bolão” com seu irmão Augusto e alguns amigos do jornal O Globo.

Em função da data e da especial representatividade para o teatro, a Prefeitura de Porto Alegre, via Coordenação de Artes Cênicas da Secretaria Municipal da Cultura, promoveu em maio deste ano o seminário *Flor de obsessão*, sobre a vida e a obra do polêmico e fascinante autor. “Ele é o dramaturgo mais importante do Brasil até hoje, foi transformador. A partir dele, o teatro brasileiro se modifica”, diz Breno Ketzer Saul, coordenador de Artes Cênicas da Prefeitura. Para ele, a montagem de *Vestido de Noiva*, em dezembro de 1943, foi emblemática: “Deu início ao moderno teatro nacional. No Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o diretor polonês Ziembinski fez uma concepção artística elaborada nesse que foi o segundo texto encenado de Nelson. Antes disso, era somente uma promessa. Depois, tudo mudou, até tornar-se referência em nosso teatro”.

Flor de obsessão – Para abrir a programação, foi convidado o jornalista e escritor Ruy Castro, autor da biografia *O Anjo Pornográfico: a Vida de Nelson Rodrigues*, lançada em 1992 pela Cia das Letras. O evento seguiu por três noites, com a realização de mesas-redondas precedidas por encenações de peças do autor.

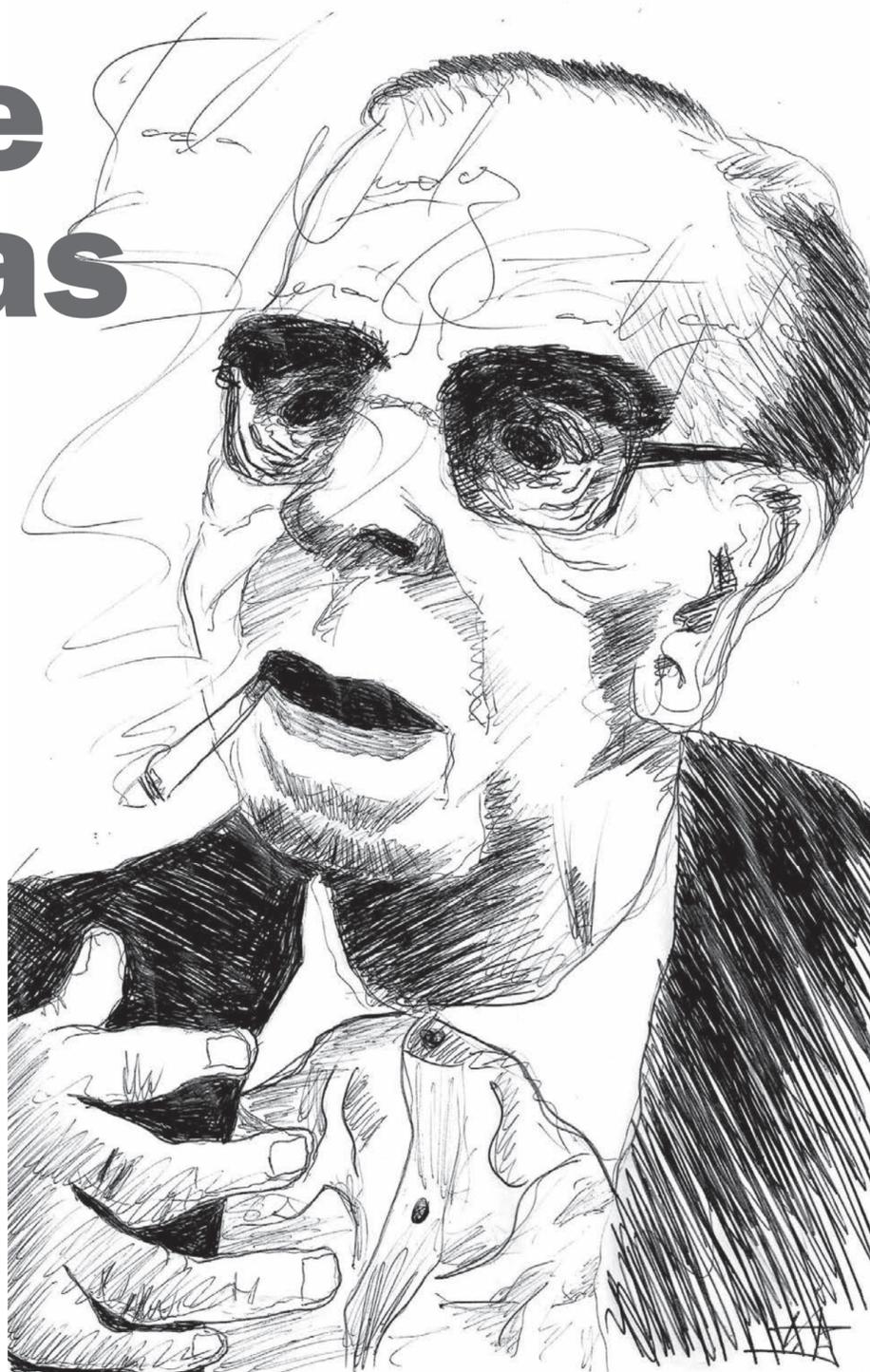
Na primeira rodada de palestras, o diretor de teatro Ramiro Silveira falou sobre os seus experimentos ao levar Nelson Rodrigues para os palcos, afirmando ter trabalhado com todos os textos do autor. Para o seu mestrado em Londres, elegeu *Toda Nudez Será Castigada* e também chegou a montar *Vestido de Noiva* em Oslo, na Noruega. Ramiro cita como qualidades rodrigueanas o leque de palavras que Nelson conseguia buscar para adjetivar estados emocionais de suas personagens: “É de uma riqueza de vocabulário fantástica. Só para citar alguns: misteriosa, excitada, sardônica, cética, apaziguadora, doce, obstinada, saturada, e por aí vai”. Ele também comentou as rubricas presentes nas peças, como *virando-se de costas, com dengue, com intransigência brincalhona, como que fugindo a um contato repelente, nervosa como compete a uma noiva*. Para o diretor, esse colorido de rubricas é interessante quando se fala de experiência de direção. “Com *ar de sonâmbula*: esse eu acho genial, é a criação de uma imagem para adjetivar, uma bela de uma pista sobre as

maneiras de acessar o personagem – tanto para o diretor como para o ator”, comenta.

Naturalismo – Em seguida à exposição de Ramiro Silveira, o professor aposentado do Instituto de Artes da UFRGS Luiz Arthur Nunes proferiu a palestra *O melodrama e o naturalismo no teatro de Nelson Rodrigues*. “As rubricas do Nelson na obra teatral são maravilhosas, dá vontade de mantê-las inclusive no próprio texto do espetáculo. E por que elas são tão boas? Porque são feitas pra serem ouvidas pelo público, mas ele era um ficcionista, um cultista, um romancista, um autor de folhetins. Nas rubricas, aparece esse lado de Nelson com o narrador falando nos parênteses pra iluminar a trajetória do diretor e dos atores numa montagem.”

Luiz Arthur se ateu a um dos elementos mais fortes das narrativas rodrigueanas: o subúrbio. “Um traço naturalista que se encontra no teatro do Nelson é essa poderosa evocação do ambiente social. Essa minúcia, essa precisão da reportagem da vida se deve muito à experiência jornalística dele, que começou adolescente no jornal que pertencia ao pai [Correio da Manhã].” O professor de teatro encenou as fictícias histórias da coluna *A vida como ela é*, que o cronista manteve diariamente no *Jornal Última Hora* ao longo da década de 1950. “Os contos eram chamados crônicas, mas na realidade, se a gente for pensar, a forma literária corresponde muito mais à forma do conto. São relatos muito bem estruturados da atualidade, que falam de crimes, adultérios, suicídios. São tragédias do cotidiano dos subúrbios cariocas. Essa expressão tão tipicamente naturalista de colher uma fatia de vida era nada mais do que um ponto de partida para a imaginação. Nelson imprimia aos relatos cores melodramáticas muito fortes.”

Cronista ou ensaísta – O professor de Literatura Brasileira da UFRGS Luís Augusto Fischer dedicou o seu doutorado aos livros de crônicas de Nelson Rodrigues (*O óbvio ululante, A cabra vadia e O reacionário*), do qual resultou a obra *Inteligência com dor – Nelson Rodrigues ensaísta* (Arquipélago, 2009). Ele discutiu os gêneros em sua pesquisa, atribuindo aos textos do dramaturgo um caráter ensaístico. “Nelson é um frasista maravilhoso, tem um humor muito peculiar e ao mesmo tempo é muito ferino. Mas é discreto. A gente não dá gargalhada com ele, a gente ri mais com o cérebro do que com a barriga”, afirmou o professor. O pesquisador relata que começou a ler o autor de um jeito íntimo: “Aquela frase saborosa, o ritmo de texto sensacional, aquela capacidade que ele tem de ao mesmo tempo dizer frases muito fortes e significativas e de, por exemplo, retardar a ação. Ele consegue fazer essa mistura realmente de um jeito singular. Então eu me fixei nesta ideia de tentar estudar o Nelson Rodrigues cronista”.



TTTO OLIVEIRA/DIVULGAÇÃO

Ele é o dramaturgo mais importante do Brasil até hoje, foi transformador. A partir dele, o teatro brasileiro se modifica

Breno Ketzer Saul

Carpintaria teatral – Para o biógrafo Ruy Castro, Nelson Rodrigues “sabia pra burro de carpintaria teatral”. Ruy contou que, na década de 1930, entre as idas e vindas ao sanatório em função de uma tuberculose, Nelson foi repórter do jornal O Globo: “Ele cobria ópera no Teatro Municipal. O diretor o adorava, colocando-o para dentro a toda hora. Assistia aos ensaios das coisas e aprendeu como funcionava a coisa do teatro por dentro”. O jornalista destaca: “Nas suas primeiras peças, Nelson era um homem de grande sofisticação intelectual. Sofisticação essa que foi perdendo ao longo dos anos 1940, na medida em que começou a ver que era incompreendido pela própria crítica. A crítica de teatro no Brasil não estava à altura de Nelson nos anos 1940 e passou mais tempo chamando-o de imoral, de pornográfico, de tarado e apoiando as perseguições...”

Conforme Ruy, isso criou no autor certa ojeriza ao intelectualismo, formando uma carapaça contracultural. Por isso, ao escrever a coluna *A vida como ela é* ele se sentiu em casa escrevendo para jornal uma crônica todo o dia, contando uma história de adultério da Zona Norte: “Aí ele podia dar vazão ao anti-intelectualismo dele. Nelson começou, então, a dar essas declarações de que quando fez *Vestido de Noiva*, não sabia nada de teatro, mas não era verdade, dez anos antes ele era um pretensioso intelectualmente”.

Tragédias – Na última noite do seminário, a professora Regina Zilberman abordou *A tragédia em Senhora dos Afogados*. Segundo ela, o título do espetáculo se refere à importância da simbologia que o mar tem na peça, sendo um fator de aniquilação das personagens que nele se destroem. “Então é uma forma de dissolução do sujeito. Haveria uma recorrência, à qual Flávio Aguiar faz referência em uma interpretação de *Senhora dos Afogados*, ao fato de que essa personagem se chama Moema, personagem que morre afogada no poema de Santa Rita Durão (Caramuru).” A peça estreou no Rio de Janeiro em 1954. A plateia dividiu-se: uma parte chamou Nelson de gênio, a outra gritou “tarado”. O autor reagiu, vociferando do palco: “Burros! Burros!”. Ironicamente, uma de suas frases mais conhecidas, que ficou para as décadas posteriores, foi “Inveja a burrice, porque é eterna”.

Um autor para uma atriz

Na parte do seminário dedicada às adaptações das peças do dramaturgo para o cinema, a atriz Darlene Glória roubou a noite. Ela interpretou a prostituta Geni no longa *Toda Nudez Será Castigada*, dirigido por Arnaldo Jabor em 1973. “Nelson era considerado um maldito, boca suja, horroroso. Mas eu o acho fantástico, porque abriu a cortina e botou a hipocrisia na luz. Nunca vi um caretão maior do que aquele homem. Ele era sem graça pessoalmente: era um sapo, fumante louco. Mas era demais, amigo, sabe? Você não dava nada por ele, vivia naquela janela da avenida Atlântica”, conta Darlene sobre o autor que mudou a sua vida. “Nelson era um bonachão... Eu o reverenciava e ele falava muito bem de mim, me elogiava para o Jabor. Por muitas vezes quis que eu fosse à casa dele. Nunca fui por pura timidez. Tenho a honra de ter sido premiada com a Geni, por Jabor ter errado e me trazido para esse projeto e por, naquele momento, ter vivido toda a bagagem de dor que trouxe à Geni e ali ter mostrado que era atriz. É um papel que ficou eterno.” Darlene, que atualmente mora em Nova Iorque, diz que *Toda Nudez* às vezes passa em ciclos de cinema de arte na Big Apple.



“ Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo marinheiro
A quem a história não esqueceu
Conhecido como o Almirante Negro
Tinha a dignidade de um mestre sala ”

Chibata vencida

José Antônio dos Santos*

Assim começa a letra original, sem a censura do regime militar, composta em 1973 por João Bosco e Aldir Blanc. Eles reverenciavam João Cândido Felisberto, nascido em Encruzilhada do Sul, na Serra do Herval (hoje Dom Feliciano), em 24 de junho de 1880. Ele entrou na Escola de Aprendizes de Marinheiros de Porto Alegre em 1894, um daqueles jovens recrutados e alistados à força, depois de acusados de vadiagem, jogatina ou mendicância. Os aprendizes permaneciam internados por cerca de dois anos, período em que eram alfabetizados e preparados para o ofício.

Em 1908, como marinheiro de 1ª Classe, João Cândido foi enviado para acompanhar a frota que se construía na Inglaterra e iria colocar o Brasil entre as três maiores forças marítimas do planeta. Para os oficiais a Armada ou Marinha de Guerra, era o palco da elite militar, extensão do elitismo latifundiário dos antigos escravocratas, reduto dos filhos dos coronéis. Ainda se vivia sob o signo das falsas ciências do século XIX, em que as “raças” se organizavam como uma pirâmide – no topo estavam os brancos europeus e seus descendentes, na base os negros, indígenas e mestiços. Esses eram a maioria dos marinheiros, tratados com castigos corporais, baixos salários e péssimas condições de trabalho.

A experiência de viver na Europa por dois anos mexeu com os marujos. Segundo memórias de um comandante, “lá sofreram as piores influências dos centros anarquizados pelas ideias subversivas de um liberalismo mal compreendido”. Para se adaptarem às novas embarcações e manusearem os modernos mecanismos, obtiveram conhecimentos técnicos que elevaram a moral e a autoestima. Embora fossem vistos pelos oficiais como toscos e rudes des-

cedentes da senzala, o que se revelou um engano, eles adquiriram autonomia na realização das tarefas nos vasos de guerra.

A revolta dos marinheiros contra os castigos corporais, entre os quais a chibata, ocorrida na noite de 22 de novembro de 1910, foi o desfecho do que vinha se desenhando há algum tempo. Seis dias antes, o marujo de 2ª Classe Marcelino Rodrigues, depois de ser surpreendido ao levar duas garrafas da “nacional” para o navio e ferir o denunciante, foi condenado a 250 chibatadas. Foi o estopim para a revolta que se daria ao toque de recolher do encouraçado Minas Gerais, às 22 horas. Tão logo soou o sinal nas águas da Baía de Guanabara, os canhões foram guarnecidos por marujos dispostos a atirar ao menor sinal de impedimento ao levante.

Tudo se seguiu conforme o combinado nas demais embarcações (São Paulo, Bahia e Deodoro) que apontaram seus canhões para a capital e exigiram: maiores soldos, o fim dos castigos físicos, anistia dos revoltosos e melhores condições de trabalho. O recém-eleito presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, que festejava a sua posse no Clube Tijuca, voltou às pressas ao palácio e se reuniu com o ministério. Ao amanhecer a população em polvorosa comentava com alarde a rebelião – quem podia deixava a cidade em direção à serra ou ao subúrbio com medo do bombardeio. Os mais curiosos subiam os morros para ver os imponentes navios fundeados na Baía. Os militares e o governo tentaram de todas as formas resistir ao ultimato, mas a superioridade dos marinheiros não deixou alternativa. Depois de cinco dias de negociações, foram atendidas as exigências, embora o acordo não passasse de uma estratégia para pôr termo à revolta.

A vingança do governo e dos oficiais da Marinha não tardou. João e mais 17 companheiros foram presos no Batalhão Naval, 16 morreram na cela infestada de pó de cal, usado para “desinfetar” a

solitária subterrânea em que estavam. Ele foi transferido para o Hospital Nacional de Alienados com a alegação de distúrbios mentais. O psiquiatra baiano Juliano Moreira (1873-1933), diretor do hospital, atestou que o marinheiro estava em plena sanidade. Novamente preso, ele passou a ser defendido por advogados contratados pela Irmandade do Rosário dos Homens Negros do Rio de Janeiro. Evaristo de Moraes (1871-1939), um intelectual carioca, foi o principal advogado a abrir mão do pagamento na defesa do “almirante”.

A liberdade foi conquistada passados mais de dois anos da revolta. João Cândido Felisberto foi expulso da Marinha de Guerra e se viu jogado no anonimato sem qualquer indenização, mesmo com 17 anos de serviços prestados. Morreu, em 6 de dezembro de 1969, ao lado do mar, distante da Marinha e da sua terra, pobre como nasceu.

Desde o início, a música “Mestre-sala dos mares” passou a ser cantada como um hino ao “Almirante Negro, que tem por monumento as pedras pisadas do cais”, uma das poucas lembranças que se tinha da sua história. Em 2008, ele foi anistiado *post mortem*, junto com os demais revoltosos, pelo Governo Federal. Também foi nesse ano que teve inaugurada a sua estátua, agora sim um verdadeiro monumento, em sua homenagem no antigo Palácio do Catete (hoje Museu da República). Colocado de frente para a Baía de Guanabara, guarda os jardins do palácio que há cem anos esteve sob a mira dos canhões que comandou. Como um enredo de carnaval, a sua história pode ser contada com atributos de coragem e “dignidade de um mestre-sala”, legados que deixou na luta em defesa dos direitos humanos.

*Servidor do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Prorext e doutorando em História na UFRGS



Estátua de João Cândido Felisberto, situada junto ao Museu da República, homenageia o líder da Revolta da Chibata

JU indica

Leituras críticas sobre Maria da Conceição Tavares

Juarez Guimarães (organizador)
Editora Fundação Perseu Abramo/ Editora UFMG
Coleção Intelectuais do Brasil
R\$ 28 (valor médio)

Maria da Conceição Tavares é uma das maiores economistas que o país já teve e, segundo o organizador desta obra,



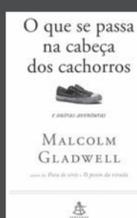
a maior viva. Nascida em Portugal, fugiu de sua terra natal logo no início da ditadura salazarista e veio para o Brasil. Herdeira da tradição do pensamento de Celso Furtado e da Cepal, construiu sua carreira acadêmica na Unicamp, onde teve como alunos Dilma Rousseff e José Serra. Aos 80 anos, celebrados em abril, segue pensando o Brasil do ponto de vista econômico com a abordagem humanista, que é central em sua obra.

As Leituras Críticas consistem em artigos de Ricardo Bielschowsky, Emir Sader, José Carlos de Souza Braga e Maurício Borges Lemos, além de uma entrevista com Conceição Tavares. Os estudos abordam diferentes aspectos da obra da autora, valorizando a sua capacidade analítica e o caráter heterodoxo de suas ideias. Ainda que, por vezes, o texto seja denso e técnico demais – especialmente no último artigo –, o livro é uma boa opção não só para os familiarizados com o assunto, mas também para leigos que quiserem entender um pouco mais sobre economia. A obra traz ainda uma bibliografia completa, listando a produção intelectual da economista. De fato, como afirma o organizador da publicação em seu prefácio, “talvez o maior mérito deste livro esteja simplesmente em iluminar o caráter clássico de uma obra que continua”. (João Flores da Cunha)

O que se passa na cabeça dos cachorros e outras aventuras

Malcolm Gladwell
Sextante, 2010, 400 págs.
R\$ 40 (valor médio)

Deliciosa coletânea de textos que o autor publicou desde 1996 em sua coluna na revista The New Yorker. Gladwell reúne aqui tentativas de entender o



ponto de vista do outro, tão importante quanto o nosso em qualquer diálogo. A história que dá título ao livro, por exemplo, acompanha as experiências de César Millan, apresentador do programa de TV a cabo “O encantador de cães” que se especializou em resolver problemas de comportamento canino. No mais das vezes, o maior problema são os próprios donos que, não sabendo como disciplinar seus animais de estimação, permitem que eles literalmente ditem as regras da casa. Ao analisar as razões do controle de Millan sobre esses animais, Gladwell mostra que tudo passa pela linguagem corporal desenvolvida pelo apresentador, capaz de transmitir calma e confiança ao mais indisciplinado dos cães. Oriundo do interior do México, onde passou a infância e a adolescência observando o modo de agir dos cães na fazenda de seu avô, Millan intuiu algo fundamental quanto ao relacionamento entre humanos e seus fiéis companheiros: a humanização desses animais só dificulta o convívio, impondo sacrifícios a ambas as partes. Isso é mais verdadeiro ainda em uma sociedade como a norte-americana, em que muitos donos tratam seus cães como crianças. (Ania Chala)



A música do corpo

Unimúsica

Naná Vasconcelos encerra a edição deste ano, apresentando as nuances da sua percussão a partir da ideia da música orgânica

Naná é apelido dado pela mãe. O nome verdadeiro é Juvenal de Holanda Vasconcelos. “Não vá divulgar este nome”, comenta o músico entre risos. O Naná surgiu da abreviação de Juvenal, que em uma pequena alteração de pronúncia assemelha-se ao nome da mais respeitada orixá, Nanã, senhora das águas. O percussionista com nome de orixá sobe ao palco do Salão de Atos da UFRGS no show de encerramento do Unimúsica no dia 2 de dezembro, misturando folclore, ritmo e criatividade.

No último espetáculo da contagem regressiva proposta pelo projeto para este ano, Naná se apresenta sozinho. Ou melhor, com a banda inteira que tem dentro de si. Em entrevista ao Jornal da Universidade, falou sobre como a intuição serviu ao seu trabalho musical na adaptação das suas sonoridades aos momentos culturais que viveu dentro e fora do país, nunca esquecendo de suas raízes nordestinas, da sua identidade musical brasileira e dos ritmos do próprio corpo.

Miscigenação musical – A ligação com a cultura de Pernambuco e, de uma maneira mais geral, do Nordeste, é responsável por boa parte do direcionamento dado ao trabalho musical de Naná Vasconcelos, inclusive no que diz respeito à opção pela carreira solo, mesmo que ela tenha se firmado basicamente no cenário internacional. Admitindo a dificuldade de ser solista no trabalho com instrumentos não melódicos, ele percebeu que poderia embrenhar-se por esse caminho por volta dos anos 1970, época em que morava em Paris. Naná já havia passado pelos Estados Unidos quando intuiu que poderia explorar o que tinha de particular em relação aos músicos internacionais com quem trabalhava.

Nesse ponto, a formação musical no seu lugar de origem exerceu grande influência: “Eu tenho conhecimento da riqueza folclórica do meu país, da mistura que compõe a minha identidade”, explica.



O percussionista pernambucano se apresenta no Salão de Atos no dia 2 de dezembro

A miscigenação em termos musicais ocorrida no nordeste, segundo Naná, em que a música dos africanos foi recebida e reinterpretada agregando instrumentos de outras culturas, é um fenômeno muito particular. Instrumentos que vieram de partes diferentes da África, e que nem existem mais hoje, encontraram-se ali e compuseram novos ritmos. “A minha região é muito rica no sentido dessa mistura e foi um conservatório de informação musical incrível. É até hoje”, comenta.

Para o músico, acaba tornando-se mais fácil o reconhecimento do percussionista fora do Brasil do que dentro do país, ainda que a percussão brasileira seja mundialmente famosa por sua qualidade. “Isso é porque aqui tudo vira percussão: caçarola, panela, qualquer coisa. Lá fora, eles não têm tanto esse costume.” O motivo do pouco sucesso no contexto brasileiro seria a forte ligação do público com a questão da letra. Públicos internacionais estariam mais acostumados à música instrumental. “A bossa nova fez sucesso nos Estados Unidos sem ninguém entender o que João Gilberto estava cantando, porque a riqueza melódica era imensa”, exemplifica, acrescentando que os movimentos musicais brasileiros foram mais poéticos do que melódicos, como o Tropicalismo.

Independentemente da preocupação com a letra, o que Naná explora em seus concertos é a mistura e a miscigenação próprias da música brasileira, naquilo que ele chama de extremo som: “É misturar a música do Sul à do Nordeste, o vanerão com o forró, o chamamé com o xote. Dessa junção de sons dos extremos sai uma terceira coisa muito bonita, que representa o Brasil”.

O percussionista acredita que a maior riqueza do nosso povo é a intuição, e foi através dessa ideia que ele percebeu que poderia encaixar a sua musicalidade no contexto internacional. Em seus espetáculos, procura compor cenários brasileiros por meio das sonoridades. Uma herança da musicalidade de Vila-Lobos, que valorizou a música folclórica do Brasil, traçando-a sinfonicamente de maneira a suscitar imagens mentais.

Música orgânica – A experiência de apresentar-se com orquestras de música erudita vai ao encontro do prazer de Naná Vasconcelos pelo desafio, uma vez que sua linha de raciocínio musical tem um sentido mais desligado da partitura, da teoria, e volta-se para a prática pelo entendimento dos ritmos através do corpo. “Todos os ritmos estão entre um passo e outro. Essa é a minha tese: as

peças aprendem fazendo som com o corpo. E quando você aprende assim, não só teoricamente, você nunca vai esquecer, porque o seu corpo vai se lembrar”, revela. Trata-se da noção de música orgânica, segundo a qual “o melhor instrumento é o corpo”. Naná não considera que uma forma de aprendizado musical é melhor do que outra – a teórica e a prática –, visto também o seu esforço de ligar o erudito ao popular.

A ideia de conceber os ritmos de uma maneira mais orgânica surgiu na década de 1970, quando o músico descobriu a possibilidade de compor só com o corpo por meio do trabalho psiquiátrico com crianças francesas que tinham dificuldades de coordenação motora. “Fiquei pensando em como utilizar a música pra ajudar as crianças a vencer com o corpo, coordenando movimentos, batendo palmas, batendo pé”, conta. Coincidentemente, na mesma época, estava compondo a história de Zumbi dos Palmares. Foi então que decidiu pela composição totalmente orgânica, priorizando a imaginação sobre a primeira vez que o corpo africano chegou ao Brasil.

Neste contato com as crianças, ele percebeu a importância de transmitir informações sobre a natureza que eram desconhecidas fora do Brasil, uma vez que lidava com alguns instrumentos, como o berimbau e a cabaça. Mesmo utilizando instrumentos, Naná emprega a noção de organicidade, já que ele mesmo os produz ou tenta conhecer as pessoas que os confeccionam. Assim, ele procura colocar o percussionista em contato com a própria riqueza natural, que em nosso país é tão abundante. Seus trabalhos mais recentes lidam com a infância e o folclore, como o projeto Língua Mãe, que uniu crianças de três países de língua portuguesa – Brasil, Angola e Portugal – para cantar canções folclóricas. É um desdobramento do projeto anterior, ABC Musical, de iniciação musical com alunos de escolas públicas do país.

Dando uma prévia da oficina gratuita que irá realizar no dia 1.º de dezembro no Salão de Festas da reitoria, Naná comenta que não é necessário levar instrumentos, nem mesmo ser músico percussionista. “Bailarinos, dançarinos, atores... Qualquer pessoa pode descobrir de forma divertida sons que talvez nunca imaginasse que conseguiria fazer com os pés, as mãos e a voz simultaneamente.” Sobre o que o público de Porto Alegre pode esperar do espetáculo de dezembro, Naná responde que será uma grande celebração, e que todos vão construí-la juntos: “A plateia vai ser uma grande orquestra”, conclui.

Mariana Sirena, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

No tom

Há tempos, a cultura popular fornece vasto material para a experimentação artística. Ritmos e instrumentos musicais tradicionais de comunidades inteiras sobrevivem no mundo moderno somente pelo registro histórico e pelas apropriações estéticas de artistas engajados em preservar e difundir as “raízes populares” das culturas nacionais. Essa tendência se concretiza no trabalho dos percussionistas Márcio Jardim, Nazaco Gomes e Kleber Benigno, o Trio Manari, que se apresentou no dia 7 de outubro, no Salão de Atos pelo projeto Unimúsica.

Em 2000, quando integravam a banda Percussão Brasil, os três participavam de uma apresentação em Montreal quando perceberam que a música amazônica despertava no público mais interesse que os ritmos brasileiros mais conhecidos no exterior. Aí a ficha caiu: a sonoridade e

a rítmica da Amazônia não haviam sido devidamente registradas, experimentadas e difundidas, como já ocorrera com a música carioca e a nordestina.

Assim surgiu o Trio Manari, grupo voltado para o estudo das sonoridades e dos instrumentos percussivos próprios da região amazônica. Contemplado com uma verba simbólica de 15 mil reais do Instituto de Artes do Pará, o trio empreendeu uma pesquisa audaciosa pelos braços do rio Amazonas, que resultou no primeiro CD, com o título mais que apropriado de *Braços da Amazônia*. “Não somos um grupo folclórico, somos um grupo de percussão. Fazemos um instrumental mais contemporâneo, mas sem perder a nossa essência”, observa Kleber.

O virtuosismo do Manari fascinou o público que lotou o Salão de Atos. O show teve a participação de dois músicos convidados:

o também percussionista Mimo Ferreira e o compositor e intérprete Ângelo Primon, que acompanhou o trio com viola e rabeca.

Sobre a influência de seu trabalho no fortalecimento da identidade do norte brasileiro, Nazaco diz: “A gente quer representar a música do Norte, porque quanto mais a região estiver coesa, mais vai poder mostrar sua produção para vários lugares do Brasil”. Ao fim do espetáculo, Kleber proferiu um belo manifesto em defesa da miscigenação e da cultura popular brasileira.

O trio está para assumir responsabilidades na área de incentivo cultural com a criação de um instituto em Belém. O Instituto Tribo Manari vai oferecer oficinas para a formação de novos artistas.

Fernando Costa, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



FLÁVIO DUTRA/JU

DESTAQUE

Exercício no palco



Projeto Interlúdio e Recitais de Graduação abrem espaço para a música erudita

Música

Alunos do Instituto de Artes fazem prova ao vivo

O ano de 2010, em que foi comemorado o bicentenário de Chopin, ofereceu muitas opções de música erudita com entrada franca para a comunidade acadêmica. Em oito edições mensais, de abril a novembro, foi realizado, no Câmpus Centro da Universidade, o projeto Interlúdio. A parceria entre o Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão e o Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS apresentou uma série de recitais de estudantes da Universidade, buscando descentralizar a produção do IA.

O coordenador artístico do projeto, o professor de música de câmara e flauta Leonardo Winter, explica os objetivos do Interlúdio: "Queremos criar o hábito de frequentar recitais, aproximar as pessoas da produção artística dos alunos da graduação em Música. Nos programas, não houve só música erudita, mas também peças jazzísticas". Os concertos foram realizados às 12h30min (para contemplar o intervalo de almoço) na Sala João Fahrion e também no Salão de Atos, de acordo com as possibilidades de data do espaço, a fim de utilizar o piano Steinway da instituição.

O coordenador artístico disse que seleciona os programas pelas propostas recebidas e pelo nível do trabalho apresentado. Segundo ele,

é importante para o aluno, além das aulas, a experiência profissional da apresentação, o contato com o público leigo. Um exemplo é o caso do formando Rodolfo Faistauer, que em 12 de novembro apresentou no Interlúdio um recital de piano com obras de Bach, Beethoven e Chopin, e uma semana depois fez seu recital de conclusão de curso no Instituto de Artes.

Conforme Winter, o público do projeto foi variado, reunindo em média 60 pessoas por concerto: "Pessoas que estão pelo Câmpus, vizinhos do entorno, alguns servidores que assistiram sistematicamente". O docente estabelece uma diferença entre o público que vai aos recitais no Auditorium Tasso Corrêa do IA e os do Interlúdio: "No Instituto de Artes, são os frequentadores dos saraus, pessoas envolvidas. No Câmpus Central, a plateia não estuda, mas gosta de música. As pessoas se aproximam da Universidade através da música".

Para quem perdeu as apresentações do projeto Interlúdio neste ano, a boa notícia é que a intenção é mantê-lo em 2011. Existe ainda a opção de assistir aos recitais e saraus do IA programados para dezembro. Como elucidado Leonardo Winter, que também coordena o Auditorium Tasso Corrêa, os recitais de fim de curso são uma exigência acadêmica para a graduação: "Há a banca liberatória de recital, composta por professores que avaliam a qualidade do que será apresentado. Não tem trabalho escrito porque entendemos que o recital de conclusão é o próprio TCC". O resultado pode ser conferido no palco do auditório.

CINEMA

Vertentes do cinema brasileiro

Ciclo da Sala Redenção traz títulos nacionais com entrada franca.

LIMITE (Brasil, 1931, 120min), de Mario Peixoto
Num barco perdido no oceano, três naufragos contam suas histórias. Sessões: 1.º de dezembro, 19h; 2 de dezembro, 16h

AVISO AOS NAVEGANTES (Brasil, 1950, 113min), de Watson Macedo
Companhia de teatro retorna ao país num navio depois de apresentar-se em Buenos Aires. Sessões: 2 de dezembro, 19h; 3 de dezembro, 16h

CARNAVAL NA ATLÂNTIDA (Brasil, 1953, 91min), de Carlos Manga
Dois empregados de um estúdio de cinema querem transformar o clássico Helena de Troia numa comédia carnavalesca. Sessões: 3 de dezembro, 19h; 6 de dezembro, 16h

BARNABÉ TU ÉS MEU (Brasil, 1952, 90min), de José Carlos Burle
Funcionário que acidentalmente carimba numa das mãos a estrela de David se vê envolvido em grande confusão. Sessões: 6 de dezembro, 19h; 7 de dezembro, 16h

AMEI UM BICHEIRO (Brasil, 1952, 88min), de Jorge Ileri e Paulo Wanderley
Jovem ambicioso vem para o Rio de Janeiro, onde se envolve com o jogo do bicho. Sessões: 7 de dezembro, 19h; 8 de dezembro, 16h

DE VENTO EM POPA (Brasil, 1957, 102min), de Carlos Manga
Dupla sertaneja faz de tudo para tocar a bordo de um navio. Sessão: 9 de dezembro, 16h

MATAR OU CORRER



(Brasil, 1954, 90min), de Carlos Manga
Sessões: 9 de dezembro, 19h; 10 de dezembro, 16h
No velho oeste, a pequena City Down recebe a visita de dois vigaristas atrapalhados.

ESSE MILHÃO É MEU (Brasil, 1959, 93min), de Carlos Manga
Funcionário é atormentado pela mulher para que ganhe mais dinheiro. Sessões: 10 de dezembro, 19h; 13 de dezembro, 16h

NADANDO EM DINHEIRO



(Brasil, 1952, 90min), de Abílio Pereira de Almeida e Carlos Thiré
Homem pobre tem a vida mudada da noite para o dia ao herdar uma grande fortuna. Sessões: 13 de dezembro, 19h; 14 de dezembro, 16h

SAI DA FRENTE (Brasil, 1952, 80min), de Tom Payne e Abílio Pereira de Almeida
Humilde motorista de caminhão se envolve em grandes confusões. Sessões: 14 de dezembro, 19h; 15 de dezembro, 16h

TICO-TICO NO FUBÁ (Brasil, 1952, 109min), de Adolfo Celi
Cinebiografia do compositor brasileiro Zequinha de Abreu. Sessões: 15 de dezembro, 19h; 16 de dezembro, 16h

NOITE VAZIA (Brasil, 1964, 98min), de Walter Hugo Khouri
Dois amigos contratam dupla de prostitutas, mas o que seria uma noite de prazer acaba se transformando num embate verbal. Sessões: 16 de dezembro, 19h; 17 de dezembro, 16h

O CORPO ARDENTE (Brasil, 1966, 85min), de Walter Hugo Khouri
Mulher descobre que o

marido a está traindo e resolve vingar-se. Sessões: 17 de dezembro, 19h; 20 de dezembro, 16h

AS AMOROSAS (Brasil, 1968, 100min), de Walter Hugo Khouri
Universitária vive em permanente estado de perplexidade e indecisão emocional. Sessões: 20 de dezembro, 19h; 21 de dezembro, 16h

PINDORAMA (Brasil, 1970, 102min), de Arnaldo Jabor
Paródia do Brasil dos anos 70 através do retrato das loucuras de nossa formação de colônia portuguesa. Sessões: 21 de dezembro, 19h; 22 de dezembro, 16h

O BANDIDO DA LUZ VERMELHA (Brasil, 1968, 92min), de Rogério Sganzerla
Assaltante usa técnicas extravagantes para roubar casas luxuosas em São Paulo. Sessões: 22 de dezembro, 19h; 23 de dezembro, 16h

BARRAVENTO (Brasil, 1962, 80min), de Glauber Rocha
Negro retorna à vila de pescadores onde nasceu para tentar libertar o povo da crença no misticismo. Sessões: 23 de dezembro, 19h; 27 de dezembro, 16h

DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL (Brasil, 1964, 125min), de Glauber Rocha
Depois de matar o patrão, vaqueiro e sua mulher vagam pelo sertão, encontrando um deus negro, um diabo loiro e o temível Antônio das Mortes. Sessões: 27 de dezembro, 19h; 28 de dezembro, 16h

TERRA EM TRANSE (Brasil, 1967, 106min), de Glauber Rocha
Num país fictício, jornalista e poeta oscila entre forças políticas em luta pelo poder. Sessões: 28 de dezembro, 19h; 29 de dezembro, 16h

O DRAGÃO DA MALDADE CONTRA O SANTO GUERREIRO (Brasil, 1969, 100min), de Glauber Rocha
Contratado para

exterminar um bando de jagunços, Antônio das Mortes encontra estranhos personagens. Sessões: 29 de dezembro, 19h; 30 de dezembro, 16h

ROCHA QUE VOA



(Brasil, 2002, 94min), de Eryk Rocha
Documentário sobre o papel dos intelectuais na América Latina, baseado nos anos em que Glauber Rocha viveu como exilado em Cuba. Sessão: 30 de dezembro, 19h

George

Ciclo promovido pelo Grupo da Faculdade de Educação que estuda relações de gêneros e sexualidade. Com entrada franca, na Sala Redenção.

JOGO DE CENA



(BRA, 2007, 105min), de Eduardo Coutinho
Atrizes interpretam as histórias de vida contadas por um grupo de mulheres. Sessão: 15 de dezembro (quarta-feira), às 19h

CURSOS

Existe uma educação brasileira?

O último encontro do Ciclo de Conferências UFRGS sobre Brasil e Brasilidade, organizado pela Pró-reitoria de Extensão, tem a participação da professora Merion Campos Bordas. Data: 8 de dezembro (quarta-feira) Local e horário: Sala João Fahrion, às 18h30min Entrada franca

ONDE?

Auditorium Tasso Corrêa do IA/UFRGS
Rua Senhor dos Passos, 248 – térreo
Fone: 3308-4318

Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do IA/UFRGS
Rua Senhor dos Passos, 248 – 1.º andar
Fone: 3308-4302

Sala Alzira Azevedo
Av. Saigado Filho, 340
Fone: 3308-4318

Sala Redenção
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

Salão de Atos
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

Salão de Festas
Av. Paulo Gama, 110 – 2.º andar
Fone: 3308-3034

MÚSICA

Oficina com Naná Vasconcelos

Oficina com a atração de dezembro do projeto Unimúsica, o renomado percussionista pernambucano Naná Vasconcelos. Data: 3 de dezembro (quarta-feira) Local e horário: Salão de Festas, às 20h Inscrições: no site www.difusocultural.ufrgs.br

Unimúsica



O show de encerramento da Série Percussionistas, organizada pelo Departamento de Difusão Cultural da Universidade, apresenta Naná Vasconcelos.

O músico nascido em Recife tem uma trajetória de projeção internacional em que foi consagrado como um dos mais versáteis percussionistas e difundiu o berimbau pelo mundo. Naná gravou com músicos diversos como o guitarrista B. B. King, o violinista Jean-Luc Ponty e o grupo Talking Heads, liderado por David Byrne. No encerramento do Unimúsica, sobe ao palco acompanhado por toda uma família de instrumentos percussivos. Data: 2 de dezembro (quinta-feira) Local e horário: Salão de Atos, às 20h Ingressos: distribuição gratuita na bilheteria do Salão de Atos, a partir de 29 de novembro, mediante a doação de 1kg de alimento não perecível. Informações: 3308-3034

OSPA-UFRGS

21.º CONCERTO OFICIAL
Sob a regência de Manfred Schmiadt, Abertura sobre Três Temas Russos, de Balakirev, e Scheherazade, op.35, de Rimsky-Korsakov. Apresentação: 7 de dezembro (terça-feira) Local e horário: Salão de Atos, às 20h30min Ingressos: R\$ 20 na bilheteria do Salão de Atos.

Recitais

Apresentações dos alunos do Departamento de Música no Auditorium Tasso Corrêa do Instituto de Artes da UFRGS.

1.º DE DEZEMBRO
19h: Recital de meio de curso em violão de Josias Gustavo Mueller. Orientação: Paulo Inda.

20h30min: Recital dos grupos corais da Extensão. Coordenação: Wilson Gavalvão.

2 DE DEZEMBRO



12h: Sarau de Alunos - Atividade de Extensão. Coordenação: Hella Frank.

19h: Recital Extra de Flauta Doce de Vladimir Rodrigues Soares. Participação de Fernando Cordella, Vinícius Nogueira e Fábio Chagas. Orientação: Lúcia Carpena.

20h30min: Recital de Graduação em Canto de Gabriela Garcia. Orientação: Caroline Abreu.

3 DE DEZEMBRO
13h: Recital de Graduação em Canto de Ricardo Caldas. Participação de Ricardo

Caldas e Leandro Faber. Orientação: Silvia Carvalho.

19h: Recital de Graduação em Violão - de Thiago de Campos Kreutz. Orientação: Paulo Inda.

20h30min: Recital de mestrado em Práticas Interpretativas em Violão de Eduardo Vagner Soares Pastorini. Orientação: Daniel Wolff.

6 DE DEZEMBRO
17h30min: Sarau de Alunos - Atividade de Extensão. Coordenação: Hella Frank.

19h: Recital de Graduação em Violão de César Haas Costa. Orientação: Flávia D. Alves.

20h30min: Recital de Graduação em Viola de Emanuel Caramaschi. Coordenação: Hella Frank.

7 DE DEZEMBRO
19h: Recital de Meio de curso em Violino de Ariel Santos Polycarpo.

Orientação: Fredi Gerling.

20h30min: Recital de Graduação em Viola de Gabriel Santos Polycarpo. Orientação: Hella Frank.

8 DE DEZEMBRO
17h45min: Recital de mestrado em Violino de Tiago Sabino Ribas. Orientação: Fredi Gerling.

19h: Recital de Graduação em Canto de Ricardo Caldas. Participação de Ricardo Caldas e Leandro Faber. Orientação: Silvia Carvalho.

20h30min: Recital de Graduação em Violino de Caroline Hallberg Frauches. Coordenação: Hella Frank.

9 DE DEZEMBRO
17h30min: Recital de mestrado de Práticas Interpretativas em Violão de Guilherme Sperb. Orientação: Daniel Wolff.

19h: Concerto das atividades acadêmicas de Regência Coral - Recital das turmas

Meu Lugar na UFRGS



BARBARA REBIN/ESPQRN.JU

Entre universos de conhecimento distintos

O estudante Wagner Cardoso prefere não denominar a espécie da grande árvore que fica no pátio principal da Odontologia. Segundo ele, as controvérsias sobre o assunto são muitas, e o que importa é o que a árvore representa para a faculdade: "Uma ilha de tranquilidade no meio do furacão", define. Não poderia ser outro o lugar na UFRGS escolhido por Wagner, ainda que ele tenha considerado difícil elegê-lo. "Escolhi aqui porque, além de ter sido o primeiro lugar que eu vi quando cheguei na Odonto, é um lugar desestressante, tem uma sombra agradável", explica sentado no banco de madeira sob os galhos da árvore.

Quem conhece o cotidiano da Faculdade de Odontologia talvez compreenda o porquê da comparação com um furacão. "Lá dentro é uma loucura, é gente indo e vindo, é paciente, é professor, é tu tentando fugir de um professor pra que ele não te veja e cobre alguma coisa", conta o estudante. Ainda que pareça uma área de estresse contínuo, a escolha de Wagner pelo curso foi segura – ele largou o curso de Ciências Contábeis quando já tinha realizado 75% do currículo para ingressar de novo na UFRGS, porém na Odontologia. Se se arrepende? Ele afirma que não. E o mais peculiar de sua história é que ele não desistiu de terminar também Contábeis.

Muitos chamaram Wagner de maluco por trocar de curso quando estava quase concluindo, ainda mais por uma área tão diversa. "São cursos diferentes em muitos aspectos, mas sou um cara diferente em muitos aspectos também", comenta entre risos. Ele mesmo confessa que se considera um pouco afobado por não ter terminado Ciências Contábeis antes de tornar-se estudante de Odontologia, uma vez que deseja graduar-se em ambas as áreas. Porém, quando relembra o período da decisão por prestar vestibular novamente e trocar de curso, afirma ter feito a escolha correta.

"Quem chegava no fim do dia resmungando por, no dia seguinte, ter de fazer o mesmo trabalho de novo era eu. Então, sabia o que era melhor para mim", explica. Por isso, mesmo trabalhando em uma empresa de auditoria bastante reconhecida no mercado financeiro e tendo muitas possibilidades profissionais nesse sentido, não se preocupou com o que os outros diriam sobre a sua opção. Quando decidiu prestar vestibular para Ciências Contábeis, refletira em termos de mercado de trabalho; no momento em que optou pela Odonto, pensou em estudar o que realmente gostaria de fazer, e considerou a sua afeição pela área da saúde. Hoje está no terceiro semestre.

Wagner ainda não sabe exatamente no que vai trabalhar após sair da Universidade. "Eu sei do que eu não gosto, mas a questão é que gosto de muita coisa, também", diz, participando de uma confusão recorrente entre os estudantes. Porém, sobre a vontade de graduar-se em Ciências Contábeis, mesmo não pretendendo trabalhar na área, ele afirma que a base dos estudos exatos permite um raciocínio diferente. Além disso, os conhecimentos de direito e economia que o curso agrega fornecem subsídios para diversas análises. "Talvez o meu caminho seja por aí: pegar duas áreas tão distintas e inserir meu conhecimento numa atividade de que eu goste e em que eu possa ser útil", conta.

O estudante aproximou-se da Odontologia Social e tem encontrado nessa área uma possibilidade para o seu caminho profissional. Ele conta que, há alguns anos, a Odontologia não tinha a preocupação com a população que utiliza o serviço público. "Isso era uma grande contradição, tu estares numa universidade pública, mas quando formado atenderes a uma parcela mínima da população", comenta. O currículo do curso mudou para incluir esta nova visão sobre a relação entre Odontologia e a sociedade, e neste sentido, Wagner vê a oportunidade de aplicar seus conhecimentos de contabilidade e o setor público.

Conversar com pessoas de outros cursos é uma das atividades de que ele mais gosta, e sente-se algumas vezes frustrado por ter a maior parte de seu tempo tomado em função da faculdade, o que o impede de ampliar suas relações com outros estudantes. "Acho que é fundamental para uma universidade promover o contato entre os cursos, ainda mais uma com o porte da UFRGS, que tem tanta diversidade", afirma. Levando em conta as suas ideias, é possível interpretar que o lugar de Wagner na UFRGS não é apenas entre as sombras dos galhos da árvore do pátio da Odontologia. É também no espaço entre universos de conhecimentos distintos, porém, na ótica do estudante, completamente conciliáveis.

Por Mariana Sirena, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabco

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET diariamente, a partir das 20h10min.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil Muito além da academia

Rumi Regina
Kubo

A pesquisadora fala da importância de uma formação interdisciplinar para realizar seus projetos

Ela é uma pesquisadora interdisciplinar. Em sua sala, no Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Iepe), objetos artesanais de várias comunidades tradicionais coexistem com livros e revistas de Botânica e Ecologia. Essa imagem traduz bem a linha mestra de toda a trajetória de Rumi Regina Kubo como pesquisadora desde 1985, quando começou a graduação em Biologia pela UFRGS: a relação entre o ser humano e a natureza. Esse campo de estudo limítrofe entre as ciências da natureza e as da sociedade foi o que a conduziu por meios acadêmicos tão segmentados como a Botânica, a Antropologia e a Fotografia.

"Meus pais sempre foram agricultores; e minha vida, antes de entrar na Universidade, foi no interior. Então, um pouco dessa escolha se deveu à vida rural, mais próxima da natureza. Depois acho que veio o imaginário ligado à ciência: eu queria ser uma cientista. A biologia congregava essa questão da natureza com a perspectiva de fazer ciência, de conhecer", conta Rumi, que nasceu em 1966 numa família de japoneses. Seu pai chegou ao Brasil em 1958, na primeira leva de 20 imigrantes, rapazes entre 18 e 20 anos que vieram diretamente para o Rio Grande do Sul contratados para trabalhar em grandes propriedades rurais, enquanto sua mãe se mudou para o Brasil com a família cerca de dois anos depois.

No curso de Biologia, ela encontrou a possibilidade de desenvolver seus

projetos: "Tive uma formação que hoje pode-se dizer multidisciplinar. Durante toda a minha graduação, trabalhei principalmente desenvolvendo Iniciação Científica ligada a genética em populações indígenas. Depois, terminado o curso, em 1989, fui fazer especialização em genética pensando se faria um mestrado na área". Mas Rumi acabou optando por iniciar um mestrado em Etnobotânica, com ênfase em plantas medicinais e, por essa época, trabalhou como técnica de laboratório da UFRGS. "A Universidade permitiu essa possibilidade de transitar entre áreas, porque enquanto fazia o mestrado, passei no vestibular para Artes Plásticas na UFRGS. E, paralelamente, fiz o curso com enfoque em fotografia", afirma.

Desde então, Rumi vem contribuindo, como pesquisadora, em trabalhos do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável da Mata Atlântica (Desma), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Botânica. Os projetos no Núcleo exigiam que ela pesquisasse na fronteira entre a natureza e as populações humanas. Foi pela necessidade de trabalhar com mais propriedade que Rumi optou pelo doutorado em Antropologia Social. Em complemento a isso, também desenvolveu projetos no âmbito da Antropologia Visual, sobrepondo interesses de pesquisa em ciências sociais com sua formação anterior em fotografia. Nesses trabalhos, ela trata a imagem como uma forma de conhecimento: "Toda essa parte de abordagem do conhecimento no âmbito da cultura em relação às plantas, o trabalho com cultura material é muito propício à imagem. E trabalhar, por exemplo, com agricultores e com populações locais, é muito mais interessante a partir da imagem do que a partir da palavra escrita, seja na forma de registro, seja na inserção da imagem no processo da pesquisa".

O Desma desenvolve trabalhos de conservação ambiental atento às populações que moram em áreas protegidas, ou seja, pesquisas voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades que deles dependem – e situações de conflito não são raras nes-

sas circunstâncias. "Meu doutorado foi ligado a uma situação de conflito em Maquiné, que envolveu uma planta usada em arranjos florais, uma samambaia. São áreas de Mata Atlântica e de encosta em que essa planta ocorre. Como a Legislação Ambiental proíbe plantações, os moradores viram no extrativismo dessa planta uma alternativa", conta. O doutorado permitiu a ela desenvolver um trabalho não apenas acadêmico como também ativista junto à ONG Ação Nascente Maquiné (Anama): os estudos acabaram por mostrar que o extrativismo da samambaia sobre o qual residia o sustento da comunidade local era compatível com uma noção de sustentabilidade ambiental. "Esse ativismo [em ONGs] permite, na medida do possível, aproximar da universidade esses grupos, levar a eles o que a gente pode produzir. Só que temos de reconhecer que ainda existe um vão muito grande entre o meio acadêmico e a realidade dessas pessoas. O pouco que a gente conseguiu fazer é levar uma pesquisa aplicada a um problema específico", conclui.

Mesmo tendo uma extensa produção acadêmica aliada a um forte trabalho de ativista, Rumi considera que o meio universitário ainda é muito resistente à ideia de pesquisadores com formação interdisciplinar, que dificilmente se enquadram nas especificidades dos quadros de disciplinas tradicionais. Ainda assim, nas últimas décadas, o crescente aparecimento de campos de pesquisa de interface (como a Etnobotânica e a Etnoecologia, no caso de Rumi) é um fato inegável, e a academia vem amainando algumas de suas próprias estruturas mais rigidamente disciplinares. "Um grande problema de ser pesquisador na área de interface é se inserir num meio acadêmico todo separado por disciplinas. Ninguém quer ser interdisciplinar, mas a gente acaba chegando lá", brinca Rumi, que, em agosto deste ano, assumiu o cargo de professora adjunta do Departamento de Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

Fernando Costa, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabco



FILIANO DUTRA/JU



Era uma vez, num quilombo no sertão da Bahia, uma menina chamada Cazumbinha. Quando nasceu, as águas tomavam conta de tudo, enchendo lagoas e criando caminhos na terra. Protegida pela deusa das águas, Cazumbinha descobre o universo mágico que a rodeia, repleto de saberes de ontem e hoje. E assim seus dias vão sendo povoados por heróis vaqueiros, plantas que curam, brinquedos inventados, bichos e crianças que vivem livres às margens do rio São Francisco.

O trecho acima é parte do livro *Histórias da Cazumbinha*, da gaúcha Marie Ange Bordas e da baiana Meire Cazumbá. Tendo se encontrado em São Paulo, as duas viraram parceiras de aventuras. Marie Ange encantou-se pelos escritos escondidos de Meire, que tinham por inspiração a infância passada em uma comunidade quilombola no sertão baiano. Sua paixão pelos livros a levou a se tornar a redatora das cartas que os moradores da comunidade, analfabetos, enviavam aos parentes. Narradas em um tom próprio da oralidade, suas histórias transmitem o ritmo da vida local. Inspirada em sua experiência com projetos de arte participativa e alfabetização visual em diferentes países, Marie Ange concebeu esse livro como uma brincadeira, na qual palavras e imagens se misturam até se tornarem inseparáveis.

As duas passaram dois verões na comunidade do Quilombo Rio das Rãs, às margens do rio São Francisco. Foi lá que, ouvindo e contando histórias, fotografando, desenhando e brincando, crianças e adultos se uniram para criar imagens feitas para serem lidas e histórias feitas para serem vistas.

Histórias da Cazumbinha

FOTOS

MARIE ANGE BORDAS, COM A COLABORAÇÃO DAS CRIANÇAS DO QUILOMBO RIO DAS RÃS



MARIE ANGE BORDAS É ARTISTA E EDUCADORA. FORMADA EM JORNALISMO NA FABICO-UFRGS, JÁ DESENVOLVEU PROJETOS NA FRANÇA, ÁFRICA DO SUL, ETIÓPIA E BRASIL, ENTRE OUTROS LUGARES. SEU TRABALHO PODE SER VISTO EM WWW.MARIEANGEBORDAS.COM.